

Primeiro rascunho de teses sobre opressões

Para a LIT-QI

Apresentação

Este texto é um primeiro rascunho de proposta de teses sobre opressões. Ele está dividido em duas partes: a primeira trata da orientação geral sobre a questão das opressões; a segunda aborda três opressões específicas (mulheres, negras e negros e LGBTs). Ele busca sistematizar o que acumulamos em estudos e debates: Seminário de Mulheres da LIT de 2014; revista *Marxismo Vivo – Nova Época* nº 6; Encontro de Negros e Negras do PSTU; Encontro de mulheres do PSTU; Seminário sobre Opressões realizado no Brasil em 2018. Esse último seminário, além de englobar os temas que estudamos no Seminário de Mulheres da LIT (Marx, Lenin, Trotsky, Canon, Moreno e as diversas correntes burguesas, reformistas, ecléticas e pós-modernas), incluiu também o estudo e o debate sobre fetichismo, coisificação e alienação no capitalismo, junto com um debate mais abrangente sobre o materialismo histórico e as noções de *estrutura* e *superestrutura* em Marx, assim como a questão das ideologias e o pós-modernismo. Por fim, incluiu também as opressões específicas de negros, negras e LGBTs.

A primeira parte, escrita por Mariúcha, é um texto construído a partir de uma elaboração coletiva, apoiada num acúmulo de estudos, debates e textos que produzimos desde 2008, nos Seminários realizados pela LIT e pelo PSTU, apoiando-se também, mais recentemente, em discussões no Birô de Opressões e na equipe que organizou o Seminário do PSTU que foi acompanhado pela LIT (Ana Godói, Ana Pagu, André, Claudicéa, Érika, Gustavo Machado, Hertz, Júlia, JR, Mariúcha, Renata, Wilson). Os pontos específicos foram escritos pelos responsáveis pelas secretarias de Mulheres e de Negros e Negras do PSTU: Érika (SNM), Hertz (SNN), e Wilson H. Silva, que escreveu a parte sobre LGBTs.

É um primeiro rascunho. Sabemos que provavelmente existem lacunas e arestas, na medida em que cada um de nós faz “n” outras coisas no dia a dia, e a conjuntura não tem deixado a gente parar como deveria. Por isso, o texto deve ser polido depois. Ele busca sínteses, mas não falsos acordos. Nesse sentido, como temos uma visão crítica das elaborações da nossa corrente, tentamos explicitá-la sem buscar subterfúgios. Isso porque, às vezes, pensamos ter chegado a uma visão comum desde o Seminário de Mulheres da LIT de 2014, mas, em outras, pensamos que não, que diferenças ou matices persistem. Achamos melhor que sejam explicitadas e debatidas com nitidez. Esperamos que este texto possa ser uma base para a discussão na Comissão de Programa, na Comissão de Mulheres da LIT e, futuramente, no CEI e no Congresso, e que a discussão coletiva possa ajudar na sua construção.

INTRODUÇÃO

A questão das opressões ou, como chamava Lenin, “as questões da democracia”, são uma parte essencial do programa revolucionário antes, durante e depois da tomada do poder.

Elas compreendem uma série de questões. Uma delas, a questão nacional, foi objeto de tese à parte. Aqui, pretendemos tratar as opressões de forma geral e, depois, três opressões de maneira específica: mulheres, negros e negras e LGBTs. Há, porém, uma série de outras opressões, como a questão dos refugiados, dos imigrantes, dos povos originários e muitas outras.

Essas questões, especialmente em momentos de acirramento da luta de classes, ganham relevância e, mesmo que sejam questões democráticas pela sua origem histórica, em determinados contextos, podem funcionar como motor ou estopim para a revolução ou até mesmo cumprir um papel de transição. O capitalismo não pode resolver nenhuma delas, a não ser de maneira incompleta, temporária e desvirtuada. Elas dividem a classe e não é possível unir a classe na luta contra o capitalismo sem combatê-las. Também não é possível a classe operária disputar, dividir e ganhar uma parcela da pequena burguesia para o programa revolucionário sem respondê-las. A burguesia, o imperialismo e o reformismo podem usar e quase sempre usam tais questões para desviar o proletariado e a luta de classes do enfrentamento ao capitalismo, para a manutenção do sistema. Isso não desobriga os revolucionários de responderem e de se colocarem na vanguarda e na direção de tais lutas, pelo contrário. O que sim são obrigados é a lutarem à maneira revolucionária e não reformista, com independência de classe e subordinando-as ao seu objetivo de derrubada revolucionária da burguesia e do capitalismo nacional e internacional.

Por fim, o socialismo, ao acabar com a exploração, tem como objetivo último a completa libertação humana, o fim da alienação. Assim, utilizar-se das opressões não é um meio válido para atingir o socialismo nem é permitido uma postura economicista e de indiferença perante tais questões políticas até que chegue o comunismo, ou seja, socialismo com racismo, homofobia e machismo não é socialismo, é stalinismo.

A relação dessas questões com a exploração, com a luta de classes, com o programa, com a política e com a estratégia dos revolucionários foi abordada pelo marxismo, e há uma orientação geral sobre como respondê-las. Lenin e Trotsky chamavam essa orientação geral de “princípios democráticos”. Marx, Engels e Lenin, em especial, responderam de maneira geral a essas questões. Tais elaborações orientaram as teses da III Internacional, bem como as posições de Trotsky depois que se tornou bolchevique, assim como de Cannon, da direção do SWP norte-americano. Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, à luz da elaboração geral marxista, responderam e fizeram avançar a elaboração sobre as questões das mulheres.

A Revolução Russa, como diziam as teses da III Internacional, garantiu às mulheres o que nenhum movimento feminino burguês foi capaz de dar. O stalinismo, porém, significou uma contrarrevolução também em relação a essas questões, do ponto de vista teórico, programático e político, além de cristalizar uma visão, do ponto de vista metodológico, que rompe com o materialismo histórico e adota um materialismo vulgar: o determinismo econômico e o reducionismo.

Anos de stalinismo abriram espaço para o feminismo como corrente ideológica que explica o mundo pela divisão de gênero. Também facilitaram a vida de correntes nacionalistas burguesas e racialistas. Atualmente, enfrentamos, no movimento, correntes burguesas e imperialistas ou pequeno burguesas e reformistas clássicas, que defendem que a libertação dos oprimidos se dá dentro do capitalismo, tendo como sujeito social os próprios oprimidos de todas as classes sociais e não a classe operária tendo os seus oprimidos na vanguarda. Temos também correntes reformistas ecléticas, com distintas variantes, em que umas defendem que movimentos policlassistas de opressões são em si anticapitalistas (feminismo

socialista/marxista) e outras que dizem que uma revolução é necessária, mas não contra as classes dominantes, e sim contra o patriarcado (feminismo radical).

Ainda existem as correntes pós-modernas, que se originaram dentro da esquerda rompendo com o marxismo. Com o desmoronamento do stalinismo e diante da crise da política de empoderamento, passaram a disputar com mais força o movimento social, com variantes que oscilam entre a luta pela identidade – como gênero, raça ou orientação sexual – e os movimentos pós-identitários, que rejeitam qualquer noção de totalidade e de sujeitos, exacerbam o individualismo e abandonam qualquer horizonte de transformação coletiva. Tomando o stalinismo por marxismo, afirmam que o marxismo é reducionista. Todas essas correntes, ainda que tenham diferenças entre si, possuem como traço comum o policlassismo e não vão além da democracia burguesa.

Nestas teses, buscamos, primeiramente desenvolver a visão geral sobre as opressões, do ponto de vista teórico e programático. **Estudando especialmente Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Cannon e as resoluções da III Internacional, opinamos que o marxismo responde às opressões. O marxismo é extremamente atual e possui orientações programáticas gerais de como tratá-las que não necessitam ser complementadas com nenhuma outra teoria.**

Em segundo lugar, buscamos mostrar que o stalinismo significa uma ruptura com as orientações gerais do marxismo, do ponto de vista teórico e programático. **Para combater os burgueses, os reformistas e os pós-modernos, é preciso delimitar-se completamente do stalinismo.**

Em terceiro, buscamos demonstrar que as correntes imperialistas, burguesas, pequeno-burguesas, reformistas, ecléticas e pós-modernas não conseguem dar uma resposta teórica satisfatória. Elas não possuem um programa capaz de acabar com as opressões, na medida em que ficam no limite do sistema capitalista, defendem a unidade com a burguesia e o policlassismo ou renunciaram diretamente à luta coletiva em detrimento da representação individual.

Em quarto, a nossa corrente tem uma moral revolucionária inatacável no enfrentamento a essas questões e tem dado sempre uma resposta principista e fundamental no terreno da defesa da independência de classe e no combate contra as teorias de gênero. Porém tem insuficiências teóricas e programáticas nesse assunto, que buscamos identificar para avançarmos.

Por fim, buscamos identificar as diferentes origens e dar uma resposta específica às opressões das mulheres, dos negros e negras e das LGBTQs, sobre as quais chegamos a algum acúmulo frente à necessidade de responder aos processos de ascenso que vivemos na realidade.

PARTE 1

A questão das opressões, o marxismo e orientações gerais

I. Os dias atuais reafirmam a necessidade de uma resposta revolucionária frente ao tema das opressões

1) O imperialismo decadente, em meio à maior crise desde os anos 1930, aprofunda a miséria, o sofrimento e o aumento da exploração sobre o conjunto dos trabalhadores, o que vem acompanhado do crescimento das desigualdades e de elementos de barbárie e violência sobre os setores oprimidos. Governos e capitalistas utilizam a crise para rebaixar as condições de vida dos trabalhadores de conjunto, ao mesmo tempo em que atacam os mínimos direitos democráticos conquistados pelos setores oprimidos da classe trabalhadora, utilizando várias formas de opressão para dividir a classe e aumentar a exploração.

2) Os trabalhadores resistem, protagonizando greves, revoltas e revoluções, derrubando governos, mostrando que não estão dispostos a pagar o preço da crise capitalista. Do mesmo modo, a resistência e o ódio à opressão se transformam em motor de enormes lutas. Em todos os continentes, imigrantes, mulheres, negros e LGBTs se sublevam contra a violência e a opressão e ganham a simpatia das massas trabalhadoras, que se somam cada vez mais a essas mobilizações. São exemplos: em 2012, as mulheres indianas levantaram um país contra os estupros; em 2014, a luta contra a violência policial aos negros ganhou as ruas de várias cidades dos Estados Unidos; em 2015/2016, o Movimento Ni Una Menos, que surgiu na Argentina contra os feminicídios, espalhou-se, ganhando a adesão de milhares de trabalhadores (mulheres e homens), incluindo o movimento sindical Argentino, que chamou a paralisar suas atividades nas mobilizações de outubro de 2016; lutas mais recentes, como o chamado à greve internacional de mulheres, marcaram os 8 de Março de 2017 e 2018.

3) As mobilizações dos oprimidos contra a violência e por direitos democráticos se inserem e se combinam com um processo de lutas mais amplo contra os planos de ajuste e a aplicação de contrarreformas sociais, por melhores condições de vida, saúde, moradia e em defesa do emprego. Diferentemente daqueles que apontam uma contradição na realidade, na qual essas lutas seriam uma exceção em meio a uma onda conservadora que tomou conta do mundo, nós dizemos que esse ascenso das lutas dos oprimidos por demandas democráticas é parte do ascenso geral da classe trabalhadora. Ele demonstra o fracasso da estratégia e da política imperialista do empoderamento, apresentada como saída contra as desigualdades ou mesmo como meio para assegurar direitos democráticos mínimos aos setores oprimidos da classe e aos setores pequeno-burgueses. As ilusões sobre a possibilidade de libertação por dentro do sistema capitalista se chocam com a realidade.

4) A luta contra a opressão, contudo, só pode ser vitoriosa se tomada com independência de classe e subordinada à revolução socialista nacional e internacional. Não é possível acabar com a opressão de forma definitiva sob o capitalismo, e apenas a classe trabalhadora pode derrotar esse sistema. A vitória dos trabalhadores sobre o capitalismo, porém, exige unir a classe. Para isso, é necessário enfrentar todos os preconceitos e ideologias burguesas - que dividem a classe - também no interior da própria classe. Além disso, a classe, deve englobar, em seu programa e em suas lutas gerais, as demandas democráticas não resolvidas pela burguesia, para que possa acaudilhar os setores oprimidos e inclusive parte expressiva da pequena burguesia contra o sistema. É dever dos revolucionários apresentar sempre uma saída estratégica de luta contra o capitalismo como condição para garantir tais demandas. Nessa luta, é obrigatório o enfrentamento não só com as direções burguesas, mas também com as direções reformistas de vários matizes.

II. Os postulados do marxismo sobre o tema das opressões continuam vigentes

5) O marxismo tem uma elaboração e uma resposta geral programática e de princípios que ordena a resposta a todas e a cada uma das opressões, não obstante a origem e a especificidade de cada uma delas. A ideologia

dominante busca perpetuar as opressões naturalizando-as sob argumentos de que seriam determinações biológicas naturais ou, então, defendendo o empoderamento como possibilidade de igualdade dentro do capitalismo. O marxismo, ao contrário, diz que elas não são naturais e não podem ser resolvidas sob o capitalismo, a não ser de maneira parcial, incompleta e temporária. O marxismo desnaturalizou as opressões e mostrou que elas faziam parte da história. Mostrou, também, que, sob o capitalismo, elas são reproduzidas ou criadas a partir de relações de produção próprias desse sistema e se intensificam com o imperialismo. Dessa forma, no capitalismo, as opressões, independentemente de suas origens, têm como ponto de partida e de chegada as relações entre capitalistas e operários para a produção e reprodução do atual sistema de exploração. Disso conclui-se que somente com a derrota do capitalismo e o fim da exploração é possível resolver definitivamente o problema das opressões.

6) Nas formações econômicas pré-capitalistas, a exploração ou a apropriação do excedente do trabalho de uma classe explorada era obtida diretamente através de relações de opressão, “extra-econômicas”. No capitalismo, o mecanismo que permite a exploração é intra-econômico e as relações sociais, ao serem mediadas por coisas (mercadorias e dinheiro) são ocultas. A aparência é de uma sociedade de indivíduos livres e iguais, onde este indivíduo é proprietário pelo menos de sua força de trabalho, que ele vende no mercado, como outra mercadoria qualquer. O mundo da produção, circulação e consumo das mercadorias, oculta, não deixa aparecer de modo imediato, as relações sociais existentes atrás delas, que como dizia Marx na Miséria da Filosofia (1976, p81), “não são relações de indivíduo a indivíduo, mas entre operário e capitalista, entre rendeiro e proprietário de terras, etc. Suprimam estas relações e terá sido destruída a sociedade inteira” . No capitalismo, porém, as mercadorias ganham vida (fetichismo), se personificam, enquanto os homens se coisificam. Então, as coisas não são efetivamente assim, mas aparecem assim. E essa forma de aparecer faz parte constitutiva dessa sociedade capitalista. Uma forma mistificada, que esconde as relações mais fundamentais da nossa sociedade: seu conteúdo econômico-social, as relações que garantem a produção e a reprodução da vida. Mas não podemos esquecer que não existe forma sem conteúdo e nem conteúdo que não apareça sob uma dada forma. Entender esse conjunto é fundamental. Essa aparência de liberdade e igualdade se apresenta ao indivíduo, mas se caminarmos da aparência para descobrir a essência, vamos perceber que seu conteúdo é desigualdade e escravidão. Sem essa compreensão não poderemos entender a produção, reprodução e a forma de manifestação das opressões no sistema capitalista e como elas estão entrelaçadas com a exploração.

7) As demandas e palavras de ordem democráticas tiveram origem nas revoluções burguesas, emergiram numa época em que se destruíam um sistema cuja extração do trabalho excedente tinha como centro a opressão, para outro regime – baseado na liberdade formal -, que precisava destruir aquela forma de extração do excedente, para instituir um novo mecanismo de exploração e gerar novas formas de opressão. As bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade permitiram à burguesia acaudilhar todo o povo. Mas a burguesia e seu sistema capitalista nunca puderam e continuam não podendo entregar nem mesmo toda liberdade e igualdade formal, política e jurídica. Como diz Lenin, esta será sempre incompleta, provisória, desvirtuada. Já do ponto de vista real, econômico-social, perante a vida, o capitalismo é o reino da desigualdade e da servidão. Como dizia Rosa de Luxemburgo, o capitalismo é um sistema de discriminação na exploração. É um sistema de exploração e de opressão. Isso não quer dizer que opressão e exploração sejam a mesma coisa, são coisas diferentes. A exploração é o coração do sistema, condiciona, produz e reproduz todo tipo de opressão. É equivocada, porém, a idéia de que a opressão é mera relação herdada do passado pairando sobre o sistema atual, ou então, que é um “reflexo” da exploração, sendo mera relação de causa e efeito entre uma e outra, com a exploração determinando desde a base e a estrutura toda e cada

opressão, na “superestrutura”. Como explicaria GM em uma reunião, se fôssemos expressar em um desenho tal relação, ele não deveria ser de algo “embaixo” determinando algo “em cima”, mas sim uma rede, em que exploração e opressão estão entrelaçadas e juntas em permanente interação dialética. A exploração é oculta, já a opressão, como parte dessa forma de sociedade, do capitalismo, aparece, se manifesta em geral, como uma demanda política, jurídica, por direitos, formal. E dentro de certos limites, como veremos abaixo, tem relativa autonomia e relativa possibilidade de ser conquistada, ainda que não perante a vida.

8) O marxismo, porém, não opõe a luta pelas questões democráticas (formais) ao socialismo. Pelo contrário, as demandas de opressões são tarefas democráticas não resolvidas pela revolução burguesa que o proletariado se propõe a resolver. Lenin, por isso, define muito bem que toda opressão tem um aspecto político, jurídico, formal, democrático (que é como ele aparece ou se expressa) e um econômico-social, quer dizer, irrealizável sob o capitalismo, porque é inerente a ele. Mas o movimento que vai da aparência à essência, e à superação do sistema, compreende uma série de batalhas. Como toda demanda democrática, mesmo no terreno formal só pode ser solucionada de forma parcial, incompleta, desvirtuada e transitória no capitalismo, há momentos em que podem ser concedidas, mas pode também ser estopim de revoluções, como veremos abaixo. As contribuições de Marx, de Engels, de Lenin, de Trotsky, de Zetkin, da Revolução Russa e de toda a tradição marxista e revolucionária colocam a luta contra as opressões e por demandas democráticas num marco estratégico, organizando-a com independência de classe, promovendo a educação da classe contra os preconceitos e as ideologias burguesas no seu interior. Desse modo, o marxismo combina todas as questões num programa de transição: democráticas, mínimas, econômicas e socialistas, subordinando-as à ditadura revolucionária do proletariado, ou seja, à revolução socialista nacional e internacional. Isso significa que a luta contra a opressão é **condicionada** pela luta contra a exploração capitalista, isto é, deve ser tomada sempre numa perspectiva classista e socialista: com independência de classe e subordinada à revolução socialista nacional e internacional.

III. A relação dialética entre opressão e exploração

9) Por causa do stalinismo, a reputação do marxismo nesse tema é muito ruim. Não podemos subestimar o que foi a força do stalinismo na vulgarização e na deformação do que ele consagrou como marxismo. Confundido com o stalinismo, o marxismo é chamado de reducionista, como se o marxismo reduzisse tudo ao fator econômico, entendido, além disso, como produção em geral e não como relações sociais de produção. Como se Marx tivesse afirmado existir uma esfera separada que explicasse e causasse tudo chamada economia. Porém a concepção marxista da história trabalha com a noção de todo, de totalidade, que é o oposto de reducionismo e unilateralidade. O marxismo não institui nenhum dogma, o qual, a partir de uma parte, explica tudo. Ao contrário, ele parte da exigência de que qualquer problema se conecte à toda realidade social e seja visto dentro de uma totalidade.

10) O marxismo afirma que há determinados aspectos da realidade que são os que adentram o ser humano de forma mais profunda e, necessariamente, o circundam, condicionando o curso geral da sua vida. **Tais aspectos consistem naquelas relações sociais que são imprescindíveis em determinado modo de produção. O cerne de todas essas relações sociais é a classe social.** A relação de exploração do proletariado (que vende sua força de trabalho como mercadoria) pela burguesia (que detém os meios de produção, apropria-se de forma privada da mais valia produzida socialmente pelo proletariado e acumula capital) é a relação sem a qual o sistema capitalista não pode sobreviver, **é o ponto de sustentação de**

todas as demais relações sociais necessárias ou estruturais desse modo de produção. É por esse motivo que tal relação condiciona as demais.

11) A produção social da vida **condiciona** os demais domínios da vida social antes de os determinar ou os causar. Isso quer dizer que tais domínios se desenvolvem condicionados por certos pressupostos que os possibilitam. Como explica Milcíades Peña, para o marxismo, todas as esferas nas quais transcorre a atividade do homem são um conjunto de esferas concêntricas, nem rígidas nem estáticas, mas infinitamente plásticas. No centro – que é, por sua vez, o ponto de partida e o limite de todos os outros sistemas ou níveis de relações (familiares, políticos, ideológicos) – encontram-se as relações que os homens contraem com o processo de produção e reprodução de sua vida. Isso não significa, de forma alguma, que tudo o que o homem faz está diretamente vinculado às relações existentes em torno da produção. Essa interpretação concreta e essencialmente dialética do pensamento marxista é encontrada na primeira obra de Lenin, na qual ele dá ênfase ao conceito marxista de “formação econômico-social”, citando-o de Marx. Ele critica os que tergiversam o marxismo com o propósito de reduzi-lo a um determinismo econômico “*atribuindo-lhe o propósito absurdo de não considerar o conjunto da vida social*”¹. Lenin afirma que os marxistas “*foram os primeiros socialistas a levantar a questão da necessidade de analisar todos os aspectos da vida social, não só o econômico*”². Lenin apreende o essencial do marxismo, que busca captar concretamente a sociedade e não a dividir entre o econômico, que seria o fundamental, e o ideológico, que seria o secundário.

Quando Marx fala de “economia”, não se refere à produção em geral, mas às relações de produção [...].

Desde o momento em que começou a ser difundido, o pensamento marxista foi fulminado, por inimigos e por supostos partidários, com a afirmação de que o “marxismo é uma interpretação econômica da história”. Logo veremos que isso é totalmente incorreto. A única verdade disso é que o marxismo deu ênfase à necessidade do estudo da organização econômica da sociedade.

Para captar sem deformações o que o pensamento marxista afirma sobre a natureza da organização social, é necessário abandonar expressões como “estrutura econômica” ou “base econômica” da sociedade. Marx e Engels – sobretudo Engels – por vezes utilizaram essas expressões para tornarem seu pensamento mais acessível, mais didático. Entretanto, hoje em dia, por causa de se simplificar essas expressões, de se repeti-las como receitas e separá-las do conjunto do pensamento de Marx, as palavras “estrutura” e “base” servem para deformar o marxismo. Por esta razão, preferimos não usá-las e, em seu lugar, utilizar formação econômico-social, conceito utilizado por Marx em *O Capital*. Em três palavras carregadas de sentido, explica Lefebvre, esse conceito designa os elementos da sociedade e reconstrói sua totalidade [...]. Devemos distinguir o econômico do social – que são dois níveis da realidade. Tomados isoladamente, são abstrações unilaterais. O concreto não existe senão em sua totalidade e só pode ser captado concebendo-se sua unidade.³

12) Nesse sentido, antes de reduzir a sociedade à sua dimensão econômica, o percurso trilhado por Marx foi o inverso: o de explicitar a dimensão social do econômico. Ele mostra que, por trás dos fenômenos econômicos de todo tipo, há relações sociais. Ele não busca reduzir as demais relações sociais a categorias

¹ LENIN, V. I. “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os sociais-democratas”. Citado em: PEÑA, Milcíades. *O que é o marxismo?* São Paulo: Editora Sundermann, 2014, p. 79.

² Idem.

³ PEÑA, Milcíades. *O que é o marxismo?* São Paulo: Editora Sundermann, 2014, p. 75.

econômicas. Os termos estrutura e superestrutura, apesar de utilizados algumas vezes por Marx como metáforas, transformaram-se na pedra filosofal da maior parte dos manuais sobre marxismo publicados nas últimas décadas, não sem influência do stalinismo.⁴

13) Para Marx, existem relações sociais fundamentais ou características necessárias que precisam ser sempre reproduzidas para que uma determinada formação econômica social exista. No caso do capitalismo, isso se expressa na força de trabalho, na mais valia, na acumulação de capital etc. Assim, há elementos ou nexos fundamentais que fazem de uma determinada forma de sociedade aquilo que ela é, aquilo que ela tem necessariamente de reproduzir para continuar existindo, diferentemente, por exemplo, do Estado, da política, da cultura, da técnica e das formas jurídicas, que, num mesmo tipo de sociedade, podem exprimir-se em formas diferentes. Esses nexos estruturais da produção da vida social condicionam os demais aspectos, mas não impedem que exista consciência, subjetividade, vontade própria. Tampouco negam o papel das escolhas dos homens. Condicionar significa que esses aspectos fundamentais se entrelaçam, conectam-se sempre com os demais aspectos que, por sua vez, operam com autonomia relativa, dentro de certos limites, mas com liberdade de escolha, podendo tomar rumos bem diferentes a depender do caminho que sigam.

14) De um entendimento equivocado ou unilateral dessas relações, tende a surgir duas formas equivocadas de entender e relacionar essas esferas. Ambas resultam num grosso problema programático. De um lado, há o economicismo que se caracteriza por subordinar, secundarizar e até desconhecer ou reduzir os aspectos políticos e ideológicos da realidade a uma esfera dita econômica, que seria essencial e **causadora** dos demais domínios da realidade. Nessa interpretação, a economia seria uma esfera particular da realidade, predominante sobre as demais. No outro polo, grande parte das correntes marxistas contemporâneas que procuraram fugir desse economicismo, não sem alguma influência do pós-modernismo, tendem, sob distintos caminhos, a autonomizar as esferas superestruturais, tais como a política, a cultura, o Estado, a comunicação e as determinações específicas de determinado país ou nação.

15) Condicionamento não permite autonomia absoluta, mas não determina tudo. Há autonomia relativa, permite-se escolhas, caminhos e rumos muito diferentes. **Trata-se de escolher sobre certos condicionamentos existentes. Um capitalista pode escolher a forma que julgar mais adequada, dentre algumas possibilidades, para extrair mais-valia, mas ele não pode escolher não extrair mais-valia.** Quebrar a noção dessas relações entre estrutura e superestrutura vulgarizada pelo stalinismo é importante para descobrir como as formas de organização social do capitalismo condicionam e entrelaçam todas as manifestações de opressão, ideológicas ou políticas. Aliás, o capitalismo tem especificidades que fazem com que as opressões tenham formas diferentes e específicas sob esse sistema, independentemente de qual seja sua origem. Sem conectar qualquer questão específica com essas questões estruturais, com a totalidade social do capitalismo, vamos nos perder: ou seremos reducionistas e economicistas, ou vamos tender à autonomia absoluta, dando respostas burguesas, idealistas ou pós-modernas. **O método marxista não está preocupado em ver o que é mais importante, mas em conectar essas relações subordinando-as ao objetivo final do nosso programa, que é a destruição do capitalismo.** Sabendo que, para conduzir a sociedade para além do capital, as relações de produção têm de ser destruídas e reconfiguradas.

16) Nesse sentido, nunca se tratou de deduzir todas esferas da vida social a partir da dita estrutura, como vulgarmente se interpreta. Ou, ainda, de esclarecer toda e qualquer especificidade – como aquelas das

⁴ MACHADO, Gustavo. *Marx e a História*. São Paulo: Editora Sundermann, 2018.

demandas democráticas pendentes em determinado país, das opressões de gênero, raça e orientação sexual – partindo das classes sociais. O problema é outro. Se a meta é destruir o capitalismo, deve-se buscar uma elaboração programática que vincule tais especificidades com as classes sociais, que vincule os aspectos particulares de um dado tempo e lugar com a universalidade da revolução socialista. Assim, Marx nunca propôs um método universal para compreensão da realidade social no geral, mas indicou um caminho que possibilita encontrar as vias da destruição do modo de produção capitalista em sua universalidade. Muitos entendem subordinar a luta dos oprimidos à questão de classe como economicismo, ou seja, dar mais importância à luta econômica da classe. No entanto, não é isso que o marxismo defende. O marxismo defende combinar as tarefas democráticas com as econômicas e socialistas e subordiná-las à luta contra a exploração, isto é, subordiná-las à luta pelo poder, à revolução socialista nacional e mundial, como parte de um programa de transição, e não praticar economicismo e defender que as questões econômicas são mais importantes que as democráticas.

17) Sob o capitalismo, as formas sociais se apresentam de maneira diferente do que em outros sistemas sociais. No capitalismo, há especificidades que vão fazer com que as formas de expressão das opressões também sejam diferentes. Independentemente de qual seja a origem de cada opressão, hoje elas adquirem formas totalmente diferentes de outros modos de produção passados. Por isso, é completamente sem sentido falar de patriarcado em pleno capitalismo mundial imperialista, embora a opressão das mulheres, por exemplo, tenha sua origem nas sociedades camponesas que introduzem a propriedade privada. Porém, nas relações sociais capitalistas, além de servir a outro objetivo, o machismo tem uma base material distinta. O capitalismo abriu, pela primeira vez, a possibilidade de libertação da mulher com a socialização da produção e o fim da economia familiar, ao incluir as mulheres massivamente na produção social fora do lar⁵. Contudo, ao manter a função da reprodução em âmbito privado na família e manter a mulher como responsável por esse trabalho não produtivo e não pago, ele criou novas contradições entre o papel social da mulher e o âmbito familiar. Reservou à mulher a dupla jornada e a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, os menores salários, o papel de exército industrial de reserva e o de mulher objeto. Toda opressão se baseia em definir o outro como ser inferior. Na forma capitalista de como as pessoas se relacionam em sociedade para viver, ou seja, na economia capitalista, além das opressões atravessarem a classe e auxiliarem no aumento da exploração, a teoria do fetichismo da mercadoria é um núcleo central e base objetiva de processos psicológicos, de estranhamentos entre pessoas e de inúmeras opressões. As relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas, coisificando os seres humanos e humanizando as coisas, levando à alienação, que tem como base o fato de que tudo que é produzido pelo homem se volta contra ele. Como explicar o patamar de violência e assassinatos contra mulheres e LGBTs existente hoje no mundo e mesmo de depressão e de suicídios?

18) Ideologia é toda teoria que cumpre uma função social, que se torna força material ao fazer sentido e ser levada a sério por milhões de pessoas. Quando isso ocorre, torna-se um problema social relevante. Toda ideologia tem um sentido que deve ser buscado na vida real. Para responder à questão das opressões e a outras, é preciso buscar a conexão entre as questões estruturais, com a exploração e com a totalidade social, buscando respondê-las subordinando-as ao objetivo da destruição do sistema, pois elas fazem parte da vida, dividem a classe e são usadas para aumentar a exploração. O pós-modernismo, por exemplo, quebra a noção de totalidade porque considera que o capitalismo é insuperável. Por isso, autonomiza a especificidade das opressões e dá uma resposta unilateral nos marcos do sistema e do indivíduo atomizado. Nós, revolucionários, devemos dar uma resposta de classe e à maneira revolucionária.

19) Engels, lutando contra a vulgarização do marxismo, diz:

⁵ É importante notar que esse desenvolvimento do capitalismo no ocidente não exclui mencionar que as mulheres negras não estavam confinadas aos lares, mas eram parte da massa de negros escravizados e, na condição de escravas, estavam inseridas na produção social.

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados; as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige; as formas jurídicas e, inclusive, os reflexos de todas essas lutas no cérebro dos que dela participam; as teorias políticas, jurídicas, filosóficas; as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converterem-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência nas lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de ocassos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre se impondo, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil do que resolver uma simples equação de primeiro grau.

Nós mesmos fazemos nossa história, mas isso se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, são as premissas e as condições econômicas que decidem em última instância.⁶

IV. As questões da “democracia” em Marx, em Lenin, na III Internacional, em Trotsky e em Cannon

20) Não pode ser livre quem oprime o outro, diz Marx, referindo-se, em 1869-1870, à questão Irlandesa, quando ele chegou à conclusão de que seria impossível fazer a revolução social na Inglaterra sem a libertação nacional da Irlanda, que dividia irremediavelmente a classe operária naquele país.

21) As elaborações de Lenin – já sob o imperialismo – às quais ele se refere como “as questões da democracia” (entre aspas, porque especialmente Lenin sabe e defende que tais questões aparecem como uma questão política, democrática, jurídica, formal, importantíssima e real, diga-se de passagem, mas possuem uma essência econômico-social que as condiciona) não dizem respeito apenas à questão das nacionalidades, mas ao conjunto das reivindicações democráticas. Polemizando com Radek, em 1915, ele diz:

O caso é que Parabellum [Radek], em nome da revolução socialista, rechaça com desprezo todo programa revolucionário consequente na esfera da democracia. [...] É absurdo opor a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a um dos problemas da democracia, nesse caso ao problema nacional. Devemos combinar a luta revolucionária contra o capitalismo com um programa e uma tática revolucionários para o conjunto das reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade jurídica das mulheres, direito das nações à autodeterminação etc. Enquanto existir capitalismo, todas essas reivindicações só podem ser realizadas de maneira excepcional, incompleta e desvirtuada.⁷

22) A elaboração teórica de Lenin sobre as opressões se assenta em Marx. Com o advento do imperialismo, vai além e se constitui num critério, numa orientação geral a ser seguida. Na verdade, num conjunto de premissas e orientações gerais que devem ser observadas. Não se constitui num dogma ou numa formulação não dialética. Pelo contrário, são critérios que emanam do programa da revolução socialista, que, por sua vez, baseia-se nas

⁶ ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch*. Londres, 21-22 de setembro de 1890.

⁷ LENIN, V. I. “O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação”. Em: *Obras Completas*, tomo XXVII.

necessidades históricas de classe do proletariado. Não são meras constatações circunstanciais ou ocasionais, que podem se diluir num empirista caso a caso. São orientações gerais, que ligam e subordinam a análise dos casos particulares à universalidade da análise teórica da sociedade burguesa e ao programa mundial da revolução.

23) Lenin deixa uma série de lições sobre como tratar, à maneira revolucionária e não à moda reformista, como ele gosta de enfatizar, as questões democráticas. Elas foram aplicadas pelos bolcheviques na Revolução Russa, adotadas pela III Internacional Comunista e defendidas, posteriormente, por Trotsky e por Cannon (dirigente do SWP norte-americano). Cannon, no belíssimo artigo “A Revolução Russa e o movimento negro norte-americano”, de 1959, conta:

Tudo de novo e progressista sobre a questão do negro veio de Moscou depois da revolução de 1917 e como resultado da revolução – não só para os comunistas norte-americanos, que responderam diretamente, mas também para todos os que se interessavam pela questão. [...] A fórmula simplista de que a questão dos negros era meramente econômica, uma parte da questão do capital contra o trabalho, jamais inspirou os negros, que sabiam que não era assim, mesmo se não o dissessem abertamente; eles tinham de viver com a discriminação brutal, cada hora de cada dia. [...] Depois de novembro de 1917, esta nova doutrina, com ênfase especial nos negros, começou a ser transmitida ao movimento comunista norte-americano com a autoridade da Revolução Russa. Os russos na Comintern começaram a enfrentar os comunistas norte-americanos com a exigência brusca e insistente de que abandonassem seus próprios preconceitos não declarados, que dessem atenção aos problemas e queixas especiais dos negros norte-americanos, que trabalhassem entre eles e que se convertessem em campeões de sua causa dentro da população branca.⁸

24) É importante ver que Lenin dá um salto nessas elaborações a partir do tema das nacionalidades oprimidas, a partir de 1914 e da bancarrota da II Internacional. Com a falência da social-democracia, Lenin volta a estudar Hegel e a dialética. Logo depois escreve o livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916). Seus principais textos sobre as questões democráticas e a questão nacional são de 1915, 1916 e 1917. Na questão das nacionalidades, ele combate os oportunistas Otto Bauer e Karl Kautsky, mas também Radek e Rosa Luxemburgo, que no tema das nacionalidades têm uma visão sectária e economicista. Trotsky, neste momento, é duramente criticado por Lenin por ter uma posição centrista e eclética, que este supera posteriormente quando se torna bolchevique. A partir de então e ainda mais depois da morte de Lenin, Trotsky passa a defender e aplicar essas orientações gerais tanto na questão das nacionalidades, como no caso da Ucrânia em 1939, quanto na questão das mulheres, ao tratar da luta pela revolução política no interior da URSS stalinista, e, também, em relação aos negros nos EUA.

25) Lenin polemiza com os setores sectários que não enxergam a importância das questões democráticas sob o capitalismo, dizendo que elas são irrealizáveis e, portanto, assunto apenas do socialismo. Ele vai explicar que todas as questões da democracia possuem uma dimensão política e outra econômico-social. Afirma que o capitalismo não realizará jamais a igualdade econômico-social, que a igualdade jurídica que esse sistema apregoa é formal e, mesmo assim, sequer esses direitos políticos e formais ele garante. Diz que não é secundário lutar por esses direitos, que podem ser conquistados parcialmente antes, durante ou só depois da tomada do poder, mas que, em qualquer caso, conquistá-los também dá mais nitidez à luta socialista, porque o proletariado e a pequena burguesia vão ver que a desigualdade não é apenas uma questão de direitos.

Sobre o divórcio, Lenin diz:

[...] O exemplo do divórcio mostra de maneira evidente que é impossível ser democrata e socialista sem exigir, nos dias de hoje, a inteira liberdade de divórcio, pois a falta dessa liberdade constitui a forma extrema de humilhação da mulher, do sexo oprimido. Não é difícil compreender que o direito de se separar do marido não significa **convidar** toda mulher a abandonar seu próprio marido!

⁸ CANNON, James P. “A Revolução Russa e o movimento negro norte-americano”. Em: *International Socialist Review*, 8 de maio de 1959.

P. Kievski “objeta”:

“Que faria a mulher desse direito (ao divórcio) se nesses casos (quando desejasse separar-se do marido) não pudesse exercê-lo? Ou se só pudesse exercê-lo com o consentimento de terceiros, ou, pior ainda, de alguém que aspirasse à sua mão? Buscaremos obter a proclamação de tais direitos? Evidentemente, não.”

Essa objeção prova a total incompreensão da relação existente entre a democracia em geral e o capitalismo. No regime capitalista, a existência de circunstâncias que não permitem às classes oprimidas “exercer” seus direitos democráticos não é um caso isolado, mas um fato habitual, um fenômeno típico. Na maior parte dos casos, no regime capitalista, o direito ao divórcio permanece letra morta porque o sexo oprimido é sufocado economicamente; [...]

Os marxistas não ignoram que a democracia não elimina o jugo de classes, mas apenas torna a luta de classes mais nítida, mais ampla, mais aberta, mais aguda; é isso que ocorre no caso. Quanto mais completa a liberdade de divórcio, mais claro se torna para a mulher que sua “escravidão doméstica” se deve ao capitalismo e não à privação de direitos.⁹

Por ocasião do 8 de Março de 1920, na URSS, Lenin disse:

O capitalismo alia à igualdade puramente formal a desigualdade econômica e, portanto, social. Essa é uma de suas características fundamentais, hipocritamente dissimulada pelos defensores da burguesia, pelos liberais e não compreendida pelos democratas pequeno-burgueses. Dessa característica do capitalismo decorre, entre outras coisas, a necessidade, na luta decidida pela igualdade econômica, de reconhecer abertamente a desigualdade capitalista e, mesmo, em certas condições, de colocar esse reconhecimento explícito da desigualdade na base do Estado proletário (Constituição Soviética).

Mas, mesmo no que se refere à igualdade formal (igualdade diante da lei, a “igualdade” entre o bem nutrido e o faminto, entre o possuidor e o espoliado), o capitalismo não pode dar prova de coerência. E uma das manifestações mais eloquentes de sua incoerência é a **desigualdade** entre o homem e a mulher.

Nenhum Estado burguês, por mais progressista, republicano e democrático que seja, concedeu completa igualdade de direitos ao homem e à mulher.

Ao contrário, a República da Rússia Soviética varreu para sempre, de um só golpe, **sem exceção**, todos os resquícios das leis que colocavam os dois sexos em condições desiguais e garantiu imediatamente à mulher a igualdade jurídica mais completa.

[...] Mas o regime dos soviets é o instrumento da luta final, decisiva, pela **abolição das classes**, pela igualdade econômica e social. **Não nos basta democracia**, mesmo a democracia para os oprimidos pelo capitalismo, incluindo o sexo oprimido.

O movimento operário feminino propõe-se como tarefa principal a luta por conquistar para a mulher a igualdade econômica e social e não apenas a igualdade formal.¹⁰

26) Lenin é o oposto do stalinismo quanto à orientação sobre as questões da democracia, e Lenin é a maior referência sobre esse assunto. Nas conclusões deste texto, buscaremos sistematizar quais são as orientações gerais sobre essa questão. O stalinismo reverteu e desvirtuou todas essas orientações. Não é casual que um dos últimos combates de Lenin, já muito doente, expresso em seu testamento conhecido como “O diário das secretárias”, tenha sido contra o tratamento dado por Stalin às nacionalidades oprimidas, naquele momento, à Geórgia.

⁹ LENIN, V. I. “O direito ao divórcio” (1916). Em: *A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2012, pp. 103-104.

¹⁰ LENIN, V. I. “O Dia Internacional da Mulher” (1920). Publicado no jornal *Pravda* nº62, de 7 de março de 1920. Em: *A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2012, pp. 127-128.

V. A revolução permanente, as opressões e o programa de transição

27) As orientações gerais para a atuação dos revolucionários sobre as opressões se enquadram perfeitamente na teoria da revolução permanente e na metodologia do programa de transição, que justamente combinam tarefas de diferentes momentos históricos e as subordinam à revolução socialista e à ditadura do proletariado.

28) Nesse sentido, as Teses do Oriente, da III Internacional, destoam das orientações de Marx e Lenin para tais questões. Isso porque elas significaram uma orientação errada para os países coloniais e atrasados quanto ao tema da opressão colonial. Lenin considerava que, diferentemente da Rússia e de toda a Europa, o Oriente ainda não estava maduro para o socialismo ou que o proletariado não tinha força para dirigir a revolução “burguesa” e não teria nem mesmo aparecido como classe de forma acabada ainda. Trotsky, a partir de 1929, depois da derrota da Revolução Chinesa, reviu essas teses, corrigiu-as e afirmou que não existem mais países maduros e não maduros para o socialismo. Portanto, a teoria da revolução permanente tinha aplicação mundial. Moreno, independentemente de haver um debate com Trotsky sobre se o determinante é o sujeito social ou as tarefas que a revolução tem de cumprir o que a levará para a estação da expropriação da burguesia, combate a utilização das Teses do Oriente pelo stalinismo para defender as frentes com a burguesia e a revolução por etapas nos países atrasados. Combate, também, os setores do trotskismo, como o lambertismo, que defendem a Frente Única Anti-imperialista com as burguesias destes países, além de frentes feministas e outras, travando um combate fundamental contra a colaboração de classes.

29) Entretanto, as Teses do Oriente não invalidam as formulações de Marx e Lenin sobre as questões da democracia, incluindo a das nacionalidades, cujas elaborações se constituem numa orientação geral sobre o tema. Pelo contrário, as Teses do Oriente destoam de toda elaboração de Lenin sobre esse tema para a Europa. A conclusão de que as Teses do Oriente são completamente equivocadas reafirma que as orientações sobre essas questões feitas para a Europa são as que têm validade para o mundo todo, da mesma forma como está colocada para todo o mundo a luta pela revolução socialista. Não é por outro motivo que o próprio Trotsky, mesmo depois de constatar que as Teses do Oriente estavam erradas, usou as orientações gerais de Lenin sobre as questões democráticas na Ucrânia, em 1939, também para denunciar a questão da mulher e da família na URSS em *A Revolução Traída* e para exigir do SWP um programa para os negros norte-americanos. Também Cannon, em 1959, reivindicou as mesmas orientações aplicadas sobre os negros dos EUA.

30) Como veremos nas conclusões deste texto, que sistematizam as orientações gerais, a lógica com que elas foram construídas são as da teoria da revolução permanente e do programa de transição, ainda que não os explicitite. O programa de transição e sua metodologia consiste, como ensina Moreno, em reunir tarefas de diferentes épocas históricas – democráticas, econômicas, socialistas e/ou de transição –, subordinando todas à tomada do poder pelo proletariado. Nesse sentido, não temos acordo com formulações que revisam a teoria da revolução permanente ou que afirmam que as posições de Lenin seriam de “radicalização da democracia”, como, de certa forma, aponta o Movimento Esquerda Socialista (MES-PSOL) brasileiro. **As orientações gerais sobre as questões democráticas, são tomadas com independência de classe, à maneira revolucionária e não reformista, e subordinadas à revolução socialista nacional e internacional. O sujeito social da libertação dos oprimidos não é a unidade policlassista de mulheres ou dos setores oprimidos, mas a classe operária, tendo os oprimidos na vanguarda no que diz respeito a esta questão.**

VI. O stalinismo e as opressões

O stalinismo é uma ruptura com o marxismo

31) Na contramão de uma postura e de um programa classista e socialista para acaudilhar os setores oprimidos na luta revolucionária, o stalinismo contrapõe duplamente a luta contra a opressão à luta pelo socialismo. Em nome de uma

suposta unidade dos trabalhadores, o stalinismo sustentava, nos países capitalistas, que a luta contra as opressões dividia a classe ou, então, propunha tomar estas questões com colaboração de classes. A serviço do interesse da revolução, segundo os stalinistas, era uma tarefa que deveria ser tomada numa etapa posterior à tomada do poder e à conclusão da revolução socialista. Nos estados operários burocratizados, legitimou a opressão e a família como baluartes na construção do “socialismo num só país”. Ao mesmo tempo, reforçou a ideologia reformista no mundo ao defender a colaboração de classes por meio de frentes anti-imperialistas; frentes femininas, frentes populares e outras frentes policlassistas. Mulheres, gays e nacionalidades oprimidas da União Soviética, depois de terem obtido, com a Revolução Russa, conquistas democráticas que nenhuma revolução burguesa havia garantido, foram duramente reprimidos e viram retroceder as conquistas de 1917 com a contrarrevolução stalinista. O aborto foi proibido, as mulheres passaram a ser glorificadas por seu papel na família como mães, e o direito ao divórcio foi dificultado e desestimulado. Os gays passaram a ser criminalizados, confinados em campos de concentração e apontados como doentes. As nacionalidades foram totalmente oprimidas e perseguidas.

32) O stalinismo significa uma ruptura com o materialismo histórico. É uma caricatura do marxismo. O materialismo vulgar e reducionista imposto pelo stalinismo por décadas é denunciado por correntes feministas como se fosse o método marxista, como se a luta contra as opressões e as demandas democráticas não fizessem parte da luta pelo socialismo. Outros setores, como o “feminismo socialista”, por outro lado, opõem-se ao stalinismo, porém querem apresentar Marx (alguns setores incluem até Lenin nesse temário) como defensor da radicalização da democracia, o que é falso.

33) Hoje, as correntes burguesas, reformistas e pós-modernas, tentam igualar o stalinismo ao marxismo para confundir os setores oprimidos da classe e justificar sua política de colaboração de classes e sustentação do capitalismo e da exploração. Do mesmo modo que pavimentou a restauração capitalista nos ex-estados operários, o stalinismo manchou o nome do socialismo e, no tema das opressões, ajudou a abrir caminho para as ideologias burguesas, reformistas e pós-modernas; para o autonomismo e os nacionalismos reacionários; e para a ideologia do individualismo e o “fim de todas as narrativas”, que não é tão diferente do “fim da História”.

VII. As correntes burguesas, pequeno burguesas, reformistas, ecléticas e pós-modernas

A defesa dos oprimidos, subordinada à luta pela revolução socialista, exige enfrentar as direções burguesas, reformistas, feministas, racialistas, pós-modernas

34) No terreno da luta contra as opressões, disputam diferentes correntes, diferentes ideologias que buscam dar uma explicação de como surgiram e como se manifestam as opressões no atual sistema, e apresentam saídas para a libertação dos oprimidos.

35) A ideologia dominante e burguesa propaga a submissão da mulher ao homem, do negro ao branco, do imigrante ao nativo, da LGBT ao heterossexual. Ou seja, essa é a ideologia que justifica o próprio sistema, atuando no sentido de transformar as diferenças em desigualdades para dividir e superexplorar a classe. A burguesia também propaga outra ideia: a da superação da opressão nos marcos do sistema, de maneira individual e por esforço próprio, ou no seio de organizações coletivas, pela ideia de que seria possível conquistar a libertação dos oprimidos nos marcos do capitalismo. As correntes liberal e reformista defendem que é possível libertar os oprimidos dentro do sistema empoderando-os. Defendem, ainda, que a luta é de gênero, das mulheres contra os homens (no caso do feminismo como corrente teórica), de raça, de negros contra brancos (racialismo) etc., desconsiderando os interesses de classe e praticando a colaboração de classes. Seus horizontes não ultrapassam os limites da igualdade formal (jurídica e política) e da democracia burguesa.

36) Os movimentos pós-modernos abstraem qualquer possibilidade de identidade de classe, fazem um retorno ao idealismo (objetivo e subjetivo). Algumas correntes defendem um somatório de identidades. Outras, o fim de qualquer identidade. Ao mesmo tempo, supervalorizam o sujeito, a linguagem, a performance e a representação (a realidade é meramente representação e discurso). Negam, dessa forma, um dos princípios do marxismo, a compreensão de totalidade. Negam a necessidade de ação coletiva e veem a luta contra a opressão apenas como um ato individual, sem levar em conta as relações entre as classes, supervalorizando o papel do indivíduo em detrimento das relações sociais de classes.

37) Todas essas ideologias cumprem o papel de dividir a classe ao venderem a ilusão de que o capitalismo pode pôr fim à opressão. Elas colocam os setores oprimidos da classe ao lado dos interesses da burguesia contra os interesses dos próprios trabalhadores. Inclusive algumas correntes que se reivindicam marxistas (como as feministas socialistas, por exemplo), embora não neguem a luta contra a exploração, acreditam que o marxismo não responde completamente ao tema das opressões, devendo ser complementado. Para elas, a luta anticapitalista é uma somatória de lutas e movimentos, entre as quais as dos diferentes setores oprimidos em movimentos policlassistas. A base de suas teorias é o patriarcado como estruturante da sociedade que perpassa todos os sistemas e gera a divisão fundamental da sociedade: a divisão de gênero.

38) As correntes que se dizem socialistas, mas romperam com a teoria da revolução permanente e abandonaram a classe operária como sujeito social da revolução ou, pelo menos, a diluíram como um sujeito a mais em meio a uma profusão de movimentos policlassistas de oprimidos, de fato também se converteram em organizações reformistas. Elas trabalham com uma estratégia de radicalização da democracia burguesa, abandonando, assim, o programa de transição e a luta pela ditadura do proletariado, como o MES brasileiro, o SU etc.

39) Correntes que acusam o marxismo de não responder à questão dos oprimidos, na verdade, estão contra a análise materialista da opressão, contra a ditadura do proletariado, contra um partido marxista revolucionário para organizar a classe trabalhadora para destruir o capitalismo e acabar com a opressão.

40) O marxismo revolucionário precisou e precisa levar a cabo, todos os dias, por um lado, uma luta contra o reformismo clássico, contra o estalinismo e contra o economicismo. Por outro lado, precisa lutar também contra o limitado e elitista movimento burguês e, ainda, contra os feminismos pós-modernos e neorreformistas, os de gênero, supostamente socialistas (eccléticos), os nacionalistas de um ou outro matiz. Nessa luta, enfrentamos programas e organizações.

VIII. Nossas insuficiências teóricas e programáticas

41) Na questão das opressões, historicamente, nossa corrente produziu dois materiais referente às mulheres, que foram nossa orientação basilar do ponto de vista teórico e programático: o livro Mulheres Trabalhadoras e Marxismo, de Carmem Carrasco e Mercedes Petit, “supervisionado por Moreno”, e as Teses da Fração Bolchevique sobre mulheres. Nossa corrente deu uma resposta correta às Teses do Oriente, da III Internacional: defendeu a independência de classe e a subordinação das lutas democráticas à revolução socialista; negou a revolução por etapas e as frentes com a burguesia nas lutas democráticas; afirmando a possibilidade de unidade de ação com a burguesia e não de frente única. Neste sentido, combateu corretamente também a política policlassista do SWP dos EUA nos anos 70.

42) Esses materiais, no entanto, não trabalham de forma completa com a metodologia utilizada por Marx, Lenin e Trotsky para responder as opressões e não apontam assim o mesmo conjunto de orientações para combatê-las, não dão dessa forma o mesmo grau de importância ao combate cotidiano às mesmas. Não enxergam a existência das opressões no interior da classe e a necessidade de combatê-las para unir a classe.

43) Há, ainda, um debate sobre a questão da família. Esse debate não foi acumulado e precisamos aprofundar. Pensamos que, do ponto de vista teórico, está equivocada a formulação de “família operária”. A família não é uma instituição operária. É uma instituição burguesa. Assim, nosso programa não defende nenhum tipo de família ou uma suposta “família operária”. Outra coisa diferente é reconhecer e defender as condições de vida e os direitos dos operários e operárias e suas respectivas famílias. Não podemos dizer, por isso, que é melhor ter um marido machista do que não ter marido. É preciso fazer um debate sobre esse tema, de maneira que defendamos a classe operária, seus vínculos afetivos e condições de vida, sem apelarmos a um programa conservador sobre esse tema nem encobrirmos as condições de opressão no interior da família.

IX. Opressões e moral revolucionária

44) A luta contra toda forma de opressão – machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia etc. – é mais do que uma política ou um ponto programático: é um princípio. Não somos idealistas e sabemos que **não é possível** surgir um homem novo e totalmente desalienado sob o capitalismo. As organizações dos trabalhadores, mesmo as revolucionárias, vivem sob uma sociedade capitalista decadente. Nessa sociedade, as ideologias burguesas penetram e incidem todos os dias sobre os homens, que oprimem, e sobre as mulheres, que, sendo oprimidas, muitas vezes não apenas vivem a opressão de forma naturalizada, mas também reproduzem a ideologia machista contra outras mulheres.

45) O partido (e a Internacional) não é uma bolha e por refletir a sociedade em que está inserido sofre constante pressão das ideologias burguesas.

46) Entretanto, no interior das nossas organizações revolucionárias, os homens revolucionários não podem agir com o senso comum. Da mesma forma que lutam contra o capitalismo e pelo socialismo, os homens revolucionários têm de combater o machismo e fazer valer, de verdade, nosso programa contra o machismo e a exploração. Para nós, os meios precisam ser justificados pelos fins. Não aceitamos a moral burguesa, que é hipócrita – diz uma coisa e faz outra. Tampouco a moral stalinista, que defende ser possível usar a opressão para atingir fins socialistas. Nós, como Marx, repetimos que não pode ser livre quem oprime outro.

47) Com relação ao machismo, a única forma de fazer com que os homens do partido tenham uma prática diferente do homem comum da sociedade machista e se transformem em aliados das mulheres na luta contra a opressão é por meio de uma vigilância constante e de um combate sistemático a essa ideologia reacionária.

48) Nossos partidos lutam para derrubar esse sistema de exploração e opressão. Buscam libertar toda a classe trabalhadora e construir uma sociedade que permita o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Fazem isso com um programa e uma política que mobilizem os explorados e oprimidos para a revolução e a tomada do poder.

49) Assim, o combate às opressões precisa ser travado no interior da classe para uni-la, mas também no interior das organizações revolucionárias, que têm de levantar barreiras contra a ideologia burguesa, que destrói mulheres, LGBTs, negros e imigrantes da nossa classe. Por isso, é parte da nossa moral revolucionária não tolerar atitudes e ações machistas, lgbtfóbicas, racistas e xenófobas entre os militantes e, menos ainda, entre os dirigentes.

X. Conclusões: orientações gerais

50) Não devemos opor o socialismo a nenhuma das questões da democracia, mas propor resolvê-las como parte da luta pelo socialismo, combinando-as com as tarefas socialistas. Trotsky disse em determinado momento que essas tarefas democráticas se entrelaçam com as demais tarefas na luta pelo socialismo.

51) O capitalismo não é capaz de resolver nenhuma dessas questões democráticas, a não ser de forma excepcional, incompleta, parcial, desvirtuada e provisória.

52) A luta contra as opressões está subordinada à questão de classe, ou seja, está subordinada aos interesses da revolução socialista nacional e internacional. Muitas vezes, essa subordinação teve uma leitura economicista, especialmente pelo stalinismo. Foi entendida como subordinação a reivindicações econômicas da classe, relegando, assim, as tarefas democráticas para um futuro indeterminado. Não é essa a visão de Lenin, que sempre combateu violentamente o economicismo.

53) É preciso combater as opressões para unir a classe no interesse da revolução. Não pode ser livre quem oprime outro, dizia Marx. A classe está dividida pelas opressões. Só a luta contra elas, tomada com independência de classe, pode unir esta última. Isso é o inverso da compreensão do stalinismo, que vê na luta contra as opressões a divisão da classe; que orienta os oprimidos a se submeterem à opressão para manter a classe unida; que enxerga a luta contra a opressão como algo reacionário. Ou, quando a admite, o faz defendendo a colaboração de classes.

54) A defesa dos oprimidos **precisa ser tomada com independência de classe**, em separação completa da burguesia e mesmo da pequena burguesia. **A orientação é golpear juntos e marchar separados** (unidade de ação episódica) quando necessário. Essas demandas devem sempre ser tomadas com total independência de classe. Também nisso somos o oposto do stalinismo, que propõe frentes anti-imperialistas, frentes femininas, frentes populares. Nesse sentido, afirmamos que é errada a visão de certos setores que, mesmo colocando-se no campo da revolução socialista em palavras, afirmam que o proletariado deixou de ser o sujeito social da revolução, sendo substituído por novos sujeitos. Essa é uma das controvérsias mais importantes nos movimentos de luta contra as opressões: sobre quem é o sujeito social da emancipação dos oprimidos. As mulheres, as LGBTs, os negros de conjunto formam um grupo policlassista. Já a classe operária é formada por homens, mulheres, negros, não negros, LGBTs etc. Para marxistas, a libertação completa dos oprimidos não pode acontecer sem a revolução socialista, e o sujeito social de tal revolução é o proletariado, o que inclui homens, mulheres, negros, LGBTs, imigrantes da classe trabalhadora. Nessa luta específica, os setores oprimidos da classe operária encabeçarão o combate pela sua própria emancipação e para conseguir que a classe de conjunto incorpore a luta contra a opressão no programa e na política revolucionária, nas suas fileiras e como um dos aspectos que compõem a luta de classes mais ampla contra o capitalismo.

55) **Todas essas questões possuem uma dimensão política (jurídica) e outra econômica-social**, isto é, condicionadas pelas relações sociais, estruturais e classistas do sistema capitalista. Por isso, estão colocadas antes, durante e depois da tomada do poder. Não têm etapas obrigatórias. O fato de que só possam ser realizadas de maneira completa no socialismo não permite que os revolucionários as secundarizem e não as defendam no presente, jogando-as para um futuro indeterminado. Não é possível lutar de maneira consequente pela revolução socialista sem articular uma série de batalhas e sem defender tais questões, dizia Lenin. Ele considerava que qualquer questão democrática podia ser o estopim, o motor de um processo revolucionário e mesmo de uma revolução. Por isso, combatia ferozmente o economicismo. A classe operária devia colocar-se à frente, à cabeça, na vanguarda de tais lutas, não as deixar nas mãos da burguesia e da pequena burguesia e nem cumprir um papel meramente propagandista.

56) A luta contra as opressões têm de ser travada à maneira revolucionária e não reformista. Devem estar articuladas com a luta em direção à ditadura do proletariado e ao socialismo e não nos limites do capitalismo e da democracia burguesa.

57) Se, no caso das nacionalidades é preciso separar as nações opressoras das oprimidas. O nacionalismo da nação opressora é reacionário; o da nação oprimida, é progressivo (ver teses sobre nacionalidades e a diferença entre política e discurso perante a nação opressora e a nação oprimida). É necessário, no interior da classe, ter um discurso diferenciado para o setor oprimido do discurso para o setor opressor em todas as opressões, como orientava Marx sobre a questão irlandesa. Além de conscientizar o setor oprimido quanto a sua opressão e sua exploração, ter política e discurso para combater as opressões junto ao setor opressor de maneira a unir a classe. É preciso fazer com que o setor oprimido entenda que as opressões não servem apenas à superexploração dos setores oprimidos, mas também rebaixam o salário médio de toda a classe e, sobretudo, dividem e enfraquecem a

luta do conjunto da classe trabalhadora contra o capitalismo, ou seja, fazem o jogo da burguesia em todos os sentidos.

58) Todas essas questões precisam estar subordinadas à luta pelo poder dos trabalhadores, à luta pela revolução socialista nacional e internacional.

59) Não é possível levar adiante quaisquer dessas lutas sem enfrentar as direções burguesas, reformistas, pós-modernas, feministas, racialistas e sectárias. Não é possível acabar com as opressões sob o capitalismo.

PARTE 2

A questão das mulheres, dos negros e negras e das LGBTs

Teses Programáticas sobre a questão da Mulher

I. Mulheres: combater o machismo para unir a classe

1) A opressão da mulher foi a primeira a surgir na história da humanidade. Trata-se de um fenômeno histórico-social que começou quando a mulher foi afastada da produção social, processo que coincide historicamente com o surgimento da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes. Isso não significa que onde não haja propriedade privada não possa existir opressão, mas que a propriedade privada dá um caráter de dimensões históricas à opressão da mulher.

2) A reincorporação da mulher à produção social pelo capitalismo não representou o fim da opressão. Ao despedaçar a antiga economia familiar, o capitalismo destruiu as bases econômicas sobre as quais se assentavam, até então, a opressão feminina, mas ao fazê-lo, não libertou a mulher. Para garantir excedentes e lucros cada vez maiores, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho em condições inferiores aos homens e acumulando, ainda, as obrigações domésticas, criando novas bases para a opressão. Não se trata de uma herança ideológica do patriarcado, menos ainda da coexistência com um suposto modo de produção patriarcal. Trata-se de como a opressão da mulher se expressa no capitalismo (na localização desigual da mulher na produção) e a que serve (sua utilização como meio de aumentar os lucros do capitalista).

3) Contudo, a enorme contradição que se forma nesse processo cria condições objetivas para que a opressão possa ser questionada. Não é casual que as primeiras organizações de mulheres surjam no contexto da Revolução Francesa, já que o capitalismo sacramenta a “inferioridade feminina” ao não lhes reconhecer os mesmos direitos. As demandas das mulheres são, portanto, questões não resolvidas pela revolução burguesa, demandas democráticas que o capitalismo não pode conceder em sua fase progressiva e que só poderão ser definitivamente solucionadas por meio da revolução socialista.

4) Isso não significa que as mulheres não possam arrancar conquistas sob capitalismo. Pelo contrário, o capitalismo pode, em defesa de seus interesses, conceder determinados direitos à mulher. O que o capitalismo não pode é conferir

a plena igualdade entre os sexos e, ainda que formalmente o fizesse, só desnudaria a enorme contradição de que esse sistema, baseado na exploração e na opressão de milhões de pessoas no mundo todo, não pode libertar a mulher trabalhadora da opressão social a que está submetida.

5) Na tentativa de ocultar esse fato e manter seu sistema de opressão e exploração intactos, a burguesia e o imperialismo precisam recorrer permanentemente a mecanismos ideológicos e coercitivos. Mantêm a ordem, em última instância, pelas armas, mas seu instrumento preferido, no dia a dia, é a ideologia. Os valores que transmitem se modificam na medida em que precisam justificar a realidade que se impõe sobre as mulheres, mas sua função é sempre a mesma: legitimar a opressão e as relações de dominação capitalistas. Isso explica porque, se antes o ideal de mulher era a dona de casa (rainha do lar), hoje o modelo é o da mulher moderna, empoderada, que ocupa seu espaço no mercado de trabalho, conciliando-o com o cuidado da casa e da família (multimulher).

6) Essas ideologias naturalizam a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelas tarefas domésticas e mascaram que essa responsabilização representa, para a trabalhadora, uma carga de trabalho a mais, uma jornada extra não remunerada que ajuda a reduzir os custos da reprodução da força de trabalho. Servem, também, para a regulação do mercado de trabalho, pressionando à reclusão das mulheres no lar quando se quer expulsá-las de um mercado de trabalho saturado ou para compatibilizar ambas tarefas quando se quer facilitar sua incorporação. Por fim, servem de justificativa para a desigualdade salarial e a desvalorização da mão de obra feminina. Uma vez que o homem “ajuda” em casa, mas sua função seria o de provedor, o salário da mulher é tido como complementar e, portanto, pode ser menor.

7) A burguesia, obrigada a reformular constantemente as ideologias que justificam a opressão, elabora também políticas cujo objetivo é disputar os setores oprimidos. Atualmente, duas políticas para a questão da mulher convivem no do sistema. Uma é a que persiste desde o surgimento do capitalismo, que reforça o machismo e o papel inferior da mulher na sociedade. Outra é mais recente, o empoderamento. O empoderamento, junto com as políticas para a erradicação da violência de gênero, é hoje a principal política do imperialismo para as mulheres.

8) A participação maior de mulheres à frente de grandes corporações e em chefias de Estado e o incentivo às políticas de empreendedorismo entre outras que visam o desenvolvimento do potencial feminino em favor dos negócios ou iniciativas institucionais, como os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, fazem parte da estratégia imperialista de apostar e disputar a consciência das mulheres. A plataforma da ONU “O empoderamento feminino é bom para os negócios” é inequívoca nesse sentido. Tampouco é por acaso que o principal órgão gestor do capitalismo, o FMI, seja dirigido por uma mulher. De forma hipócrita e dissimulada, o capitalismo vai se apropriando da bandeira da emancipação da mulher e utilizando-a a seu favor.

9) A política do empoderamento, entretanto, contrasta cada vez mais com a experiência concreta das trabalhadoras com as medidas de austeridade, com os planos de ajuste e com todos os ataques aplicados pelos esses governos, que acabam impactando de forma brutal as mulheres. Contrasta, também, com o aumento da violência, do machismo e da feminização da pobreza. Esse contraste tem lançado cada vez mais mulheres à luta e provocado um questionamento a essas políticas, bem resgatado as tradições do movimento operário – como a greve como método de luta e a solidariedade internacional – para o centro dos processos de luta das mulheres.

10) A opressão, embora comum a todas as mulheres, não se expressa da mesma forma nas diferentes classes. Para a mulher trabalhadora, opressão resulta em superexploração e dupla jornada de trabalho, o que não ocorre com a mulher burguesa. Não se trata apenas de diferenças estratégicas. Esse antagonismo está presente também nas reivindicações democráticas mais pontuais. No início do século 20, a luta pelo direito ao voto implicou em diferenças, porque uma parte das burguesas defendia o voto feminino censitário, mas não universal, deixando de fora a classe operária. Mesmo a questão do aborto e da violência implica em conteúdos distintos, a depender da classe a que a

mulher pertence. A questão do aborto, por exemplo, apresenta-se para a burguesa, sobretudo, como o direito de dispor do seu corpo. Para a trabalhadora, como o direito à própria vida.

11) Além disso, a combinação da opressão de gênero com outras formas de opressão impacta as mulheres de forma diferente no interior das classes, inclusive no interior da classe trabalhadora. É o caso da discriminação que as mulheres negras sofrem, pela combinação de machismo e racismo, o que as transforma em principais vítimas da violência, do desemprego, dos baixos salários etc.; ou a violência e a marginalização social das LGBTQs trabalhadoras.

12) É a localização de classe, portanto, e não de gênero, que determina a situação da mulher na sociedade atual. Essa condição de explorada, estabelece interesses comuns e fortes vínculos de luta entre mulheres e homens trabalhadores. Também estabelece laços entre mulheres e homens burgueses, sólidos vínculos em base ao interesse comum em manter o status social e os privilégios materiais vindos de sua condição de proprietários dos meios de produção. Isso tem consequências tanto no plano ideológico quanto no político e no organizativo.

13) No terreno ideológico, isso significa que toda e qualquer teoria que defenda que é possível libertar a mulher dentro do sistema capitalista ou que a luta pela libertação da mulher é uma luta de gênero e não de classe – seja diretamente liberal, pós-moderna, reformista, radical ou eclética – é uma capitulação burguesa, pois cumpre o papel de dividir a classe ao vender a ilusão de que o capitalismo pode acabar com a opressão e coloca as mulheres trabalhadoras ao lado dos interesses da burguesia contra seus próprios interesses de classe. Somente o marxismo responde de forma consequente à luta pela emancipação da mulher ao situá-la no âmbito da luta de classes e no plano da revolução socialista.

14) No terreno político, significa que, para os trabalhadores, não existem questões femininas especiais. Isso não quer dizer que não haja problemas que afetem especialmente as mulheres ou reivindicações especiais em torno das quais as mulheres podem ser mobilizadas. Significa apenas que não existe problema que afete a mulher e não seja também uma questão social mais ampla, de interesse vital para o movimento revolucionário, pelo qual tanto os homens quanto as mulheres devem lutar. Trata-se de explicar aos trabalhadores mais atrasados que tais reivindicações não podem ser descartadas como meras preocupações femininas sem importância.

15) No terreno organizativo, implica em organizar as mulheres trabalhadoras separadas das burguesas (golpear juntas, marchar separadas), junto com seus companheiros de classe, o que não prescinde de empreender táticas especiais que sirvam para mobilizar as mulheres trabalhadoras.

16) Por outro lado, uma vez que a luta contra a opressão da mulher está inserida no contexto da luta de classe, os grandes momentos de ascenso de luta das mulheres não podem ser vistos de forma dissociada dos processos que a classe trabalhadora empreendeu e segue empreendendo contra a burguesia. O que o movimento de mulheres convencionou chamar de “ondas feministas” nada mais é do que a expressão do acirramento da luta de classes em dado momento histórico no terreno da luta contra a opressão da mulher. Isso se contrapõe totalmente ao enquadramento que as teorias de gênero conferem a essas lutas (só reconhecendo as lutas específicas das mulheres, desprezando o papel que o movimento operário de conjunto cumpriu no avanço social da mulher), incluindo aí o silêncio em relação à Revolução Russa e o impacto que teve para o todo o mundo capitalista no terreno da luta pela emancipação da mulher.

17) Contudo, por se tratar de processos de lutas por demandas democráticas e, portanto, policlassistas, diversas ideologias e diversas teorias disputam no interior do movimento de mulheres. Elas buscam explicar tanto a origem quanto apresentar saídas para a libertação da mulher. Começa pelo feminismo liberal burguês, o feminismo do “faça acontecer”, que nunca se questionou muito sobre a origem da opressão das mulheres. Está centrado nos direitos individuais no lugar dos direitos coletivos. Seu horizonte não ultrapassa a defesa da igualdade formal (jurídica e política) das mulheres, desde os tempos em que a burguesia cumpriu um papel revolucionário, embora o feminismo enquanto teoria só tenha surgido em meados do século 20, até hoje, quando se converteu diretamente em

imperialista. Por fim, passando por uma gama de elaborações, chegamos às reformistas, que defendem que é possível libertar as mulheres dentro do sistema capitalista, desconsiderando os interesses de classe ou praticando a colaboração de classes.

18) Nos anos 1960 e 1970 do século, na esteira do ascenso gigantesco que se produzia no mundo (revoluções anticoloniais na África, Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, Primavera de Praga, Maio Francês etc.), surgiu um novo grande ascenso das lutas das mulheres. Além do ressurgimento das correntes liberais, surgiu o feminismo radical, com suas teorias de gênero e do patriarcado, o feminismo socialista-marxista e as autonomistas. Todas essas correntes, apesar de terem elementos de análises diferentes, possuem um ponto em comum: a estratégia que afirma que a luta pela libertação das mulheres será vitoriosa se for liderada por um movimento de mulheres em torno de um objetivo central, a destruição do patriarcado. Prevalece, no movimento feminista de conjunto, a estratégia reformista que separa a luta das mulheres da luta da classe trabalhadora e defende o ideal democrático como saída para a garantia do fim da opressão.

19) O feminismo radical compreende diferentes postulados teóricos e políticos. A maioria de suas teóricas veio da esquerda marxista, polemizando com a esquerda ortodoxa, incluindo aí o stalinismo. Ao contrário das liberais, enfatizavam a existência de uma dominação masculina (patriarcado) em todas as sociedades existentes. Defendem que a luta pela emancipação da mulher é uma luta de mulheres contra homens (gênero). Suas elaborações influenciaram o movimento marxista revolucionário, levando a que um setor passasse a defender que o marxismo precisaria ser complementado pelas teorias de gênero e patriarcado.

20) Esse ecletismo teórico resultou no surgimento de correntes que se intitulam feministas socialistas ou feministas marxistas que, embora sigam reivindicando a estratégia socialista, na prática, abrem espaço para o questionamento da luta de classes e do sujeito social da revolução. Já que opressão das mulheres não estaria relacionada à divisão entre as classes, mas à divisão sexual, seria, portanto, uma luta das mulheres contra os homens, na qual somente elas poderiam ser os sujeitos da sua libertação por sua condição de opressão. Passaram a defender a radicalização da democracia e das lutas contra as opressões como estratégia anticapitalista.

21) Ao lado da visão radical e não tão diferente dela, surgirá o autonomismo. As autonomistas dizem que a revolução não é necessária porque é possível viver o comunismo ou o socialismo aqui e agora, basta colocá-lo em prática. Muitas delas enfatizam que tudo passa pela transformação pessoal, que podemos, à margem do sistema, criar a nossa existência, libertas dos preconceitos patriarcais e também da exploração do trabalho.

22) Posteriormente, vieram as pós-modernas. Elas rejeitam qualquer noção de sujeitos e de totalidade. Negam a luta coletiva ao considerarem que vivemos numa sociedade onde não há nada comum ou determinante que permita conferir qualquer tipo de identidade aos indivíduos ou criar categorias (classe, gênero etc.). Enfatizam as diferenças (o que chamamos de movimento contra a opressão, por exemplo, tende a ser chamado de movimento pela diversidade sexual), localizam a repressão sexual como a origem da opressão e reivindicam centralmente a liberação sexual como saída. É uma teoria individualizante, reducionista, que relativiza tudo a tal ponto que conforma uma teoria de impotência e de imobilismo.

23) O que acaba por unir todas essas visões é, de um lado, o policlassismo e, de outro, a defesa de um horizonte ou de uma falta de horizonte que, de fato, não vai além da democracia burguesa e do capitalismo. Negam a revolução socialista, a ditadura do proletariado e o sujeito social da revolução. São teorias que dizem que “um outro mundo é possível” sem revolução, sem a destruição do capitalismo e sem a tomada do poder pelo proletariado.

24) O novo contexto que se abre a partir da crise capitalista atual inaugura um novo processo de lutas das mulheres, que combina cada vez mais a luta por direitos democráticos com a luta contra a opressão, o machismo e a violência a outras demandas de caráter mais geral contra os planos de ajuste e a aplicação de contrarreformas sociais, por melhores condições de vida, saúde, educação, moradia, em defesa do emprego etc.

25) Enquanto os setores reformistas agitam que estamos diante de uma “primavera feminista”, como se as lutas democráticas pelos direitos das mulheres fossem um fenômeno à parte, desvinculado do conjunto da classe, nós, ao contrário, dizemos que sim, há um ascenso das lutas pelos direitos democráticos das mulheres, protagonizado principalmente pelas mulheres jovens, mas que é parte do ascenso geral da classe trabalhadora.

26) Esse ascenso demonstra o fracasso da estratégia imperialista do empoderamento como saída para acabar com as desigualdades ou mesmo para assegurar os mínimos direitos democráticos aos setores oprimidos, bem como a impossibilidade de libertação por dentro desse sistema. A luta pela libertação dos oprimidos só pode ser vitoriosa se tomada desde um ponto de vista revolucionário subordinado à luta do proletariado pela tomada do poder.

27) O combate ao machismo e à exploração é parte decisiva do programa e da política revolucionária. O machismo divide os trabalhadores, favorece a exploração e limita a luta contra o capitalismo. As bandeiras contra a opressão e a discriminação das mulheres precisam ser defendidas por todos os trabalhadores. O combate ao machismo deve ser um combate consciente para unir os trabalhadores contra a opressão e a exploração e derrotar a burguesia e o capitalismo. Nesse sentido, apresentamos, abaixo, a sistematização de um conjunto de palavras de ordem que buscam responder às necessidades das mulheres trabalhadoras e devem ser parte de um programa de transição.

- a) Pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade: abaixo todas as leis que discriminam a mulher.
- b) Pelo fim da violência à mulher: abaixo os feminicídios, as agressões e os estupros; punição exemplar aos agressores; suporte do Estado às mulheres vítimas de violência; direito das mulheres à autodefesa.
- c) Pelo direito da mulher de decidir: legalização do aborto; políticas de planejamento familiar; educação sexual e contraceptivos para não engravidar; aborto legal e seguro para não morrer.
- d) Pelo direito ao exercício da maternidade: fim da mortalidade materna; direito ao pré-natal e à assistência médica a todas as gestantes; licença e salário-maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, incluindo as desempregadas, as que trabalham na informalidade e as imigrantes ilegais; licença-paternidade; creches e escolas em tempo integral para todas as filhas e filhos da classe trabalhadora.
- e) Pela socialização do trabalho doméstico: fim da dupla jornada; lavanderias públicas e restaurantes comunitários; serviços de lazer e assistência social aos idosos e doentes. Todos esses pontos devem ser financiados pelo Estado.
- f) Contra a discriminação da mulher no trabalho: abaixo qualquer lei que limita o direito da mulher a trabalhar; igualdade de oportunidades e de acesso à qualificação profissional; salário igual para trabalho igual.
- g) Não à mercantilização do corpo da mulher; contra a regulamentação da prostituição, prostituição não é trabalho – é escravização do corpo da mulher –, a legalização incentiva o tráfico de pessoas e a exploração sexual; políticas de combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual; defesa das mulheres em situação de prostituição – emprego, renda e condições de vida digna que permitam à mulher abandonar a condição de prostituta.
- h) Pelo direito ao exercício da sexualidade; pela visibilidade lésbica; em defesa das uniões homoafetivas; **contra [repúdio, banimento]** o estupro corretivo.
- i) Unidade entre homens e mulheres trabalhadores contra o machismo e a exploração.

II. Teses programáticas para a questão de negros e negras

[É a única que não está numerada. Proponho numerar. Aí tem que ver a separação correta com os companheiros que escreveram.]

Ser negro não é uma escolha voluntária, é uma realidade concreta, biológica. Do mesmo modo, o racismo não é uma ideologia solta no ar. Ela possui base material, tem função social e provoca impactos destrutivos. Ela divide o

proletariado e condena os negros. Exigir que esses deixem de combater o racismo até esperar o comunismo chegar, sob a alegação de que essas lutas dividem o proletariado, como fez durante décadas o stalinismo, é o mesmo que exigir que o negro deixe de ser negro, algo biologicamente impossível.

Os racialistas, versão atual do “nacionalismo negro”, acreditam que o racismo é uma ideologia pré-capitalista ou até mesmo sem origem histórica identificável. Seria algo impregnado na estrutura mental do homem branco, não sendo possível, portanto, reeducá-lo. Já o marxismo padeceria da mesma deficiência. Por ser forjado em bases teóricas e epistemológicas branco-europeia, seria incapaz de responder às perspectivas dos povos africanos. As traições stalinistas reforçaram essa visão.

Diante desse impasse, a única saída possível seria a organização dos negros de maneira separada dos brancos. O sujeito social da negação do capitalismo seria não a classe operária internacional, mas os povos africanos da diáspora que criaram uma identidade histórica única, decorrente de sua longa resistência contra a escravidão e contra o colonialismo.

Ao enveredar por esse caminho, os racialistas caíram prisioneiros da mesma metodologia que o imperialismo criou para justificar a dominação sobre os negros, ou seja, racializando o social, tentando explicar as relações sociais a partir dos traços biológicos dos indivíduos. É importante que se diga que nem mesmo durante a escravidão houve essa unidade racial, pois apenas em uma rebelião escrava, ocorrida no Brasil colonial, os negros libertos se uniram aos negros escravizados, que foi na Revolta dos Malês, que aconteceu na Bahia, em 1835. Geralmente, os libertos ficavam ao lado do senhor para não voltarem a ser escravos.

Até os liberais, os mais progressistas entres eles, também acreditam que o problema do racismo é algo impregnado na mente do branco. Porém, ao contrário dos racialistas, defendem que, com programas educativos de integração racial, seria possível ensinar o branco a tolerar as diferenças, negando a possibilidade de permutas culturais. Dessa tese, brota a ideia de multiculturalismo, da qual muitos reformistas compartilham hoje. Desse emaranhado de ideologias e teses, surgem políticas do tipo “empoderamento individual”, “empreendedorismo negro”, “gradualismo” etc.

De nossa parte, é preciso combater essas ideologias e movimentos e não deixar que um tema que a cada dia ganha mais importância em todo o mundo caia na banalização teórica e, muito menos, nas mãos da burguesia, da pequena burguesia e dos reformistas. Para isso, um primeiro passo é compreender a origem do racismo, sua dinâmica histórica e sua estrutura de funcionamento.

O racismo é criação da burguesia enquanto classe social, em decorrência da necessidade de acumulação de capital na Europa, algo que só poderia acontecer no ritmo e no volume com que aconteceu por conta da introdução da escravidão africana em grande escala na América. E mais: seria preciso transformar milhões de seres humanos em mercadoria, por um lado, e em moeda não metálica, por outro. Os africanos escravizados eram, em grande parte, trocados por produtos primários da colônia para evitar a sangria de metais preciosos da Europa em direção à América. Queremos afirmar, com isso, que o tráfico negreiro foi uma das condições para que essa acumulação de capital ocorresse na Europa e não na América. Essa foi a principal razão da opção pela escravidão africana.

Sem entender o racismo como uma ideologia orgânica do capitalismo e não da escravidão, não é possível entender por que e com que função ele permaneceu depois da extinção da escravidão.

Foi partindo da ideia de associar o racismo a um produto ideológico da escravidão que muitos estudiosos supostamente marxistas chegaram à conclusão de que, com o desenvolvimento do capitalismo, o racismo iria deixar de existir naturalmente, já que nada mais era do que um resquício do passado escravista.

Na verdade, a mesma burguesia que exigiu o fim da **escravidão**, quando essa forma de trabalho passou a ser um entrave para a exportação de capitais em algumas colônias, foi a que preservou e revestiu o **racismo** sobre novas bases teóricas para justificar a expansão imperialista. É preciso entender que o racismo serve, antes de tudo, ao capitalismo.

Nesta nova época histórica, o racismo cumpre duas funções. A **primeira** é justificar a dominação do imperialismo europeu sobre os continentes africano e asiático, com o argumento de superioridade branco-europeia do ponto de vista biológico, tecnológico e religioso, criando inclusive a ideia de raça branca como superior, una e indivisível. A **segunda** atua como ferramenta ideológica no interior de cada nação, operando a divisão dentro do proletariado.

Enquanto o capitalismo estimula a competição econômica entre os trabalhadores, o racismo justifica a alocação dos mesmos em condições diferenciadas no mercado de trabalho ou, ainda, é utilizado para justificar salários desiguais entre trabalhadores de raças diferentes que exercem a mesma função, muitas vezes com o mesmo nível de escolaridade ou de formação profissional. Como parte desse processo, a burguesia utiliza o racismo como ideologia para atrair trabalhadores brancos para seu lado devido ao pertencimento étnico comum de ambos.

No Brasil pós-abolição, essa ideologia foi muito forte, assim como nos EUA durante a existência das leis segregacionistas. Callinicos explica que o racismo gera uma falsa sensação de superioridade no grupo branco explorado. Ou seja, não basta apenas a identidade racial com o grupo dominante para assimilar o racismo. É preciso ter essa sensação de “salário psicológico” como compensador dos seus baixos salários, especialmente em tempos de crise. Nas palavras de Callinicos: *“O racismo oferece aos trabalhadores brancos o conforto de acreditarem que são parte do grupo dominante e também provê, em tempos de crise, um bode expiatório pronto na forma de grupo oprimido.”*

No caso Europeu, o racismo ajudou o proletariado a sustentar o nacionalismo opressor de suas burguesias sobre outras nações consideradas inferiores. Não foi regra geral, mas foi o que prevaleceu, sob o argumento de que a raça branca teria a missão civilizatória, ao mesmo tempo em que precisava de espaço para sobreviver. Enquanto Lenin caracterizava que na época imperialista o mundo estava dividido entre países opressores e países oprimidos, a burguesia imperialista impunha a ideia de que o mundo estava dividido entre as nações das raças superiores e as nações das raças inferiores.

Por ser uma classe consciente ou com consciência histórica, a burguesia utiliza o racismo de maneira organizada para promover a divisão da classe trabalhadora. No atual contexto, de crise capitalista e de ataques aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo e de a ameaça eminente de explosões sociais, é cada vez mais comum que os governos e os grupos de ultradireita utilizem esses recursos ideológicos para criar fraturas internas no proletariado. Diante dos espaços cada vez menores para concessões materiais, ampliam-se as necessidades por mais manobras ideológicas. Trotsky, em *A História da Revolução Russa*, lembra que, em momentos de crise de regime ou em situações revolucionárias que empurram *“os operários, soldados e camponeses para as bandeiras bolcheviques”*, a burguesia se apega *“aos velhos preconceitos ainda não enterrados [...] como a uma âncora de salvação”*.¹¹

No caso específico do racismo, ela faz com que a classe trabalhadora de cada país se identifique com seus interesses como se fossem os interesses nacionais em detrimento da identidade de classe, de uma classe planetária numa época de internacionalização do capitalismo. A burguesia faz isso com muita maestria.

No Brasil, durante todo o século passado, a burguesia se apegou à ideologia da mestiçagem como símbolo da unidade nacional. Essa ideologia serviu como fator de desarticulação política do negro, já que a identidade negra passou a ser considerada um fator de desagregação da unidade nacional, tal como acusava a burguesia, ou um fator de divisão do proletariado, tal como acusava o stalinismo.

Os revolucionários devem combater essas ideologias não só por uma questão moral, de filantropismo branco, mas porque, sem a unidade real do proletariado, a luta pela destruição do capitalismo fica mais difícil e, sem destruir o capitalismo, a eliminação do racismo se torna impossível. Essa unidade, necessária para a revolução, só será possível com um programa que incorpore as opressões, entrelaçando-as com a luta pelo socialismo.

Temos algumas tarefas nessa direção.

A **primeira** é ganhar os oprimidos para a luta contra a opressão. Não é pelo fato de ser oprimido que o mesmo será automaticamente convencido de que deve se organizar para lutar contra a opressão. No Brasil em particular, o racismo cumpriu a função de fazer com que os negros rejeitassem a sua própria identidade racial e, portanto, de negar a existência do racismo. Essa foi uma das tarefas cumpridas pelo mito da democracia racial.

Nesse caso, trata-se de desaliená-lo enquanto negro e enquanto trabalhador. Deve-se considerar que a construção da identidade étnico-racial numa perspectiva marxista, pode ajudar nas mobilizações coletivas anticapitalistas ou inclusive pela tomada do poder. Esse fato já se expressa no Brasil e em vários outros países em que a construção da

¹¹ TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Editora Sundermann, tomo II, cap. XXXIV, 2017, p. 743.

identidade coletiva tem ajudado a mover as massas negras, pois não seria possível lutar contra aquilo que não se consegue identificar.

A **segunda** tarefa é ganhar os trabalhadores do grupo racial opressor para a luta contra a opressão. Isso significa arrancá-lo do braço político e ideológico da burguesia. É importante lembrar que o racismo serve não só para superexplorar o negro. Ele também ajuda a rebaixar o salário médio do conjunto do proletariado, inclusive do branco. A divisão no interior da classe operária fortalece a burguesia. A medida que divide o proletariado por baixo, a opressão o une política e ideologicamente à burguesia.

Foi com essa metodologia e com essa perspectiva que Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Clara Zetkin e Cannon trataram o tema das opressões, tendo sempre como horizonte a revolução mundial e a remoção dos obstáculos que a burguesia coloca em seu caminho. As opressões racial, nacional e de gênero são de fato alguns desses obstáculos que devem ser removidos do caminho da revolução.

Por isso, ao pensar a questão negra nos EUA, Trotsky não estava secundarizando a revolução mundial. Na verdade, toda a sua preocupação estava em remover os obstáculos que se encontravam no caminho da unidade do proletariado daquele país. O racismo branco seria um dos principais empecilhos nesse processo. O negro, oprimido como era, não podia esperar pelo branco. Naquele contexto, o direito à autodeterminação seria, antes de tudo, o direito à livre escolha. Trotsky nunca defendeu que o PC agitasse a palavra de ordem “Estado separado para os negros”. Ora, um partido de brancos “contaminados por preconceitos raciais não declarados”¹² não teria qualquer condição de propor isso aos negros. Eram os negros que tinham de decidir.

Metodologicamente, Trotsky toma partido, em primeiro plano, pelo grupo oprimido. A mesma metodologia utilizada por Marx, em relação ao caso da Irlanda, ou por Lenin, em relação às nacionalidades oprimidas pelo Império russo, ou, ainda, em relação ao tema do divórcio e às mulheres. A livre escolha para separar, se necessário for, para depois se unir por simpatia, se preciso for.

A incompreensão dos comunistas estadunidenses em relação à questão negra decorria da dificuldade de lidar programaticamente com temas democráticos. Padeciam da fórmula simplista de que a questão negra se explicava exclusivamente pela relação capital-trabalho. O problema é que isso não explica tudo, pois, caso explicasse, não haveria por que tomar nas próprias mãos a tarefa de lutar pelo fim da segregação junto aos negros no interior das organizações sindicais.

Na verdade, a classe operária norte-americana, assim como o PC, estava acomodada com as teorias que sustentavam o mito de superioridade branca que, nos EUA, alcançou o status de supremacia branca, ou seja, institucionalizou-se nas leis Jim Crow (1876 e 1965)¹³. Os estatutos das organizações da classe operária nada mais eram do que a reprodução das Jim Crow no âmbito sindical.

Os bolcheviques pensavam diferente. Depois de uma dura batalha, levada a cabo sobretudo por Lenin, tomaram para si a defesa do direito à autodeterminação e à igualdade de direitos para as minorias nacionais. Os bolcheviques não olhavam para esses grupos como franciscanos olham para mendigos, com piedade, mas como aliados estratégicos da classe operária em sua luta pela revolução.

Enquanto o PC se limitou a oferecer o paraíso da futura sociedade socialista aos negros, sem oferecer a eles um programa, o que na prática se via era um agrupamento de brancos acomodados dizendo aos negros o que fazer, ou melhor, o que não fazer.

Lenin pressionou os bolcheviques para que entendessem que a classe operária não faria revolução dirigindo a si própria. Essa posição não só foi acertada, como vitoriosa. Em seguida, os bolcheviques, já com a autoridade de terem

¹² Referência?

¹³ As leis de Jim Crow foram as leis promulgadas nos estados do Sul dos Estados Unidos que oficializaram a segregação racial. Elas vigoraram até 1965 e afetaram principalmente negros, mas também outros grupos étnicos, como asiáticos. As leis estabeleciam atrocidades do tipo instalações separadas para negros e brancos em locais e transporte públicos, incluindo escolas, ônibus e trens.

realizado a primeira revolução socialista da História, aumentaram a pressão para que o PC “abandonasse seus preceitos não declarados”.¹⁴

Contudo, em nossa interpretação, Cannon comete um erro em sua análise quando afirma: “*A palavra de ordem da ‘autodeterminação’ teve pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey, a tendência dos negros foi principalmente em direção à integração racial com igualdade de direitos.*”^{15 16} Aqui, ele define autodeterminação como sinônimo de separação, e negros e brancos já estavam separados pelas leis Jim Crow.

O que os bolcheviques propunham e Trotsky reafirmou foi o direito dos negros de dizerem sim ou não, ou seja, o direito de **determinarem** se queriam ou não viver num Estado separado, tal como propunha Marcus Garvey. Obviamente, já na década de 1920, a maioria dos negros eram contrários à **separação**, jamais contra a **autodeterminação**.

Se o PC não incorporasse a defesa da autodeterminação, essa palavra de ordem continuaria nas mãos das camadas negras mais abastada e contrarrevolucionária. Foi também por entrelaçar a autodeterminação com o socialismo que o PC arrancou o proletariado negro da órbita de influência tanto do nacionalismo negro pequeno-burguês quanto dos liberais brancos que, na década de 1930, giraram para a defesa dos direitos dos negros. A isso, acrescenta-se a mudança de atitude e o gesto de solidariedade do PC com os negros em suas lutas cotidianas contra as agressões racistas, como o próprio Cannon ilustra. Tal como Lenin exigiu, os comunistas dos EUA passaram a ser “*os campeões da luta contra o racismo dentro da comunidade branca*”¹⁷. O movimento operário se fundia racialmente, e a influência comunista crescia no interior da comunidade negra.

Depois da Revolução Russa, a luta contra a opressão racial e nacional, contra a segregação e por autodeterminação se transformou, em muitos casos, em luta contra a dominação colonial e imperialista. O melhor exemplo disso é que não existe incompatibilidade entre as lutas por essas demandas com a estratégia socialista, desde que as mesmas não sejam lutas puramente democráticas.

Com as traições stalinistas à luta pelos os direitos civis, com a incorporação dos PCs às democracias burguesas ou mesmo às ditaduras sanguinárias que surgiram do processo de descolonização afro-asiática, o marxismo, em sua versão stalinizada, foi perdendo capilaridade dentro da comunidade negra até ficar quase que completamente calvo.

A contrarrevolução stalinista ocorreu de forma paralela ao ascenso das lutas em defesa dos direitos civis nos EUA e em grande parte do mundo. A essa altura, Trotsky já estava morto, a III Internacional enterrada e as lutas do proletariado negro, traídas.

O trotskismo também parou no tempo. Elaborou pouco sobre a questão negra depois da morte de Trotsky, deixando uma imensa lacuna que já dura décadas. É preciso avançar, e não será com mera verbalização e abstrações vazias, mas com compromissos programáticos.

É preciso considerar, sobretudo, que de lá para cá ocorreram mudanças importantes. Experiências concretas foram realizadas como, por exemplo, a queda das leis segregacionistas nos Estados Unidos, que elegeu um presidente negro meio século depois, e a queda do *apartheid* na África do Sul, que depois elegeu um presidente negro saído das masmorras do regime. Mais direitos foram conquistados, e isso nos ajuda a mostrar a esses grupos, conforme preconizava Lenin, que seus problemas não se resumem à falta de direitos, mas à existência do capitalismo.

¹⁴ Referência?

¹⁵ Marcus Garvey (1887-1940) foi um comunicador, empresário e ativista jamaicano. Religioso, ele foi o principal expoente do movimento de retorno à África.

¹⁶ CANNON, James P. “A Revolução Russa e o movimento negro norte-americano”, 8 de maio de 1959.

¹⁷ Referência?

No Brasil, o mito da democracia está em crise. A Europa está mais enegrecida, e a opressão racial soma-se à questão imigratória e dos refugiados. São temas sobre os quais nossa Internacional precisa se debruçar e apresentar respostas programáticas, algo que não propomos desenvolver neste documento. Apenas apontamos algumas conclusões decorrentes das análises acima.

- a) O racismo surge com o nascimento do capitalismo. Por isso, ele não se destruiu com o fim da escravidão, mas assumiu uma nova roupagem diante da nova época histórica. A base material do racismo são as relações sociais e econômicas capitalistas. Sendo assim, ele não faz parte da estrutura mental e racial do homem branco. Pelo contrário, ele tem uma origem, uma dinâmica histórica e uma estrutura que sofre alterações no tempo e no espaço.
- b) Nesta nova época histórica, o racismo serve ao imperialismo revestido de uma nova base teórica, o “darwinismo social”. Enquanto serve como justificativa para a dominação mundial por um punhado de potências, ele cumpre a tarefa de dividir internamente o proletariado de cada nação, corroborando a dominação e a superexploração dos setores oprimidos e alienando todos enquanto classe social.
- c) O combate às opressões deve ser encarado como princípio. Por isso mesmo, Trotsky o chamava de “princípios democráticos”, sem capitular ao setor da classe que reproduz a opressão. Deve-se, em primeiro plano, colocar-se ao lado dos oprimidos, defendendo o seu direito de livre escolha, fazendo com que esses eduquem e ganhem o setor não oprimido para uma política classista e de combate à opressão.
- d) Enquanto classe social, todos nós perdemos: uns mais, outros menos. Nenhum setor oprimido do proletariado vai se libertar sozinho. Suas lutas têm de se dar em conjunto com os demais setores do proletariado. **Mas essa unidade deve ser por simpatia [?]**. Suas demandas deverão entrelaçar-se com as demais demandas da classe operária. Elas não podem ser puramente democráticas nem puramente socialistas, mas devem ser parte do programa transicional que nada mais é do que a ponte entre o programa mínimo e o programa máximo.
- e) Essas lutas devem ocorrer com total independência de classe. A unidade com setores oprimidos pequeno-burgueses – e até burgueses – é esporádica na luta de classe. Não devemos conformar frentes antirracistas policlassistas. Mesmo na luta contra o *apartheid* na África do Sul, Trotsky rechaçou por completo a formação dessas frentes.
- f) A questão negra e as demandas raciais só poderão realizar-se de forma limitada dentro do capitalismo em sua fase imperialista, de maneira incompleta e provisória. Disso decorre que essas lutas devem estar estritamente ligadas à nossa estratégia da implantação da ditadura do proletariado e da revolução mundial.
- g) Considerando, mais uma vez, a época histórica e as táticas dos setores burgueses e pequeno-burgueses oprimidos, é importante dizer que, são lutas que deverão acontecer antes, durante e depois da derrubada da burguesia. Os setores burgueses e pequeno-burgueses oprimidos tomarão essas bandeiras em suas mãos em benefício próprio para, mais à frente, jogá-las ao chão. Essas demandas não podem ser realizadas plenamente no capitalismo e também não poderão ser relegadas ao futuro comunista, muito pelo contrário. São lutas que deverão acontecer antes, durante e depois da derrubada da burguesia. Sua realização plena se dará na transição do socialismo triunfante ao comunismo pleno. Relegá-la ao hipotético futuro comunista é ser conivente com as opressões no presente. Isso não é trotskismo, é stalinismo.

PARTE 3

Teses programáticas para a questão LGBTs

Introdução

Com certeza, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) estão entre os setores oprimidos sobre os quais mais precisamos avançar em termos de uma perspectiva classista e marxista, tanto do ponto de vista teórico-programático quanto no que se refere à nossa atuação política.

É importante dizer que essa dificuldade tem a ver com algumas questões centrais que pretendemos discutir aqui, a começar pelas traições do stalinismo, que caracterizou a não heterossexualidade como expressão da decadência burguesa. Isso teve um impacto tanto na esquerda mundial quanto em várias gerações de ativistas LGBTs. Da mesma forma, contribuiu muito para que as direções do movimento não só refutassem o marxismo, como se distanciassem de uma perspectiva classista.

Salvo raras exceções, a composição social das direções dos movimentos LGBTs são majoritariamente de classe média, branca e masculina. Isso tem feito com que, em particular nas últimas décadas, o movimento tenha deixado à margem aqueles e aquelas que, além de historicamente oprimidos, também são explorados. São milhões de operários e trabalhadores, de jovens da periferia, negros e de outras etnias não brancas, e os que vivem na mais completa marginalidade. Essa realidade é ainda pior para travestis e transexuais. Conseqüentemente, as políticas e os programas que repercutem no setor também refletem essa situação.

O artigo “Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil”¹⁸ levanta uma série de elementos relacionados à classe social que interferem diretamente no estabelecimento de relações afetivas entre LGBTs, na formação de uma identidade LGBT – ou num processo de desalienação e tomada de consciência – e em “se assumir”. O texto destaca, inclusive, que são fatos determinados por questões de classe. **Evidentemente, são condições prévias à possibilidade de se organizar em nível social e político.**

Os jovens LGBTs da classe trabalhadora, por exemplo, em geral exercem uma importante função econômica na família e têm enormes dificuldades para estabelecer uma vida independente. Isso acaba determinando um vínculo que se espera que seja mantido até o casamento e mesmo depois. Essa expectativa aumenta o controle da sexualidade de seus membros e impõe a heteronormatividade como regra.

Inevitavelmente, a distância socioeconômica entre as direções e os LGBTs da classe trabalhadora interfere diretamente nas pautas e na perspectiva programática do movimento.

Os membros da classe média e os ricos têm a possibilidade de socializarem-se e desfrutarem uma liberdade relativa em espaços privados e mercantilizados. Aos pobres, restam os espaços públicos: a escola, as praças, a rua etc. Isso faz com que inclusive a violência, que é um problema comum e generalizado, seja exercida de forma diferente: sempre mais frequente e cruel nas periferias, entre negros e negras etc.

Em função disso, tanto as políticas burguesas e neoliberais – ditadas pela ONU e por suas agências – quanto a perspectiva pós-moderna – políticas de identidade e teoria queer, correntes do reformismo – têm algo em comum: a ilusão de que é possível se combater ou pôr fim à lgbtfobia dentro do sistema capitalista ou apesar dele.

Em particular na América Latina e em outros países que passaram ou passam por experiências neorreformistas, frentepopulistas e suas variantes, as teorias pós-modernas se combinam com políticas institucionais, cooptação das direções e, cada vez mais, alianças com setores burgueses e empresariais ou (ONGs).

Para as direções cooptadas para essa visão, o centro do programa e da atuação das LGBTs estão vinculados aos conceitos de cidadania (entendida geralmente como parceria com o Estado e com setores privados), de **empoderamento individual** e/ou da conquista de poder aquisitivo. Uma perspectiva que vários autores, como David Bell e Jon Binnie (*The Sexual Citizen: queer politics and beyond* / trad. “O cidadão sexual: política queer e além”),

¹⁸ MARSIAJ, Juan P. Pereira. “Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil”. Em: *Cadernos AEL*. Unicamp, vol. 10, nº 18/19, 2003, pp. 129-149.

denominam “estratégia de liberação pelo consumo”, algo que tem levado à “*aceitação de um tipo de gay (branco, de classe média), visto como um modelo de cidadão-consumidor e uma maior marginalização de todos os outros ‘devassos’ que não se encaixam nessa forma*”. Ou, nas palavras de Marsiaj, “*corre-se o risco de aceitar o gay rico e marginalizar ainda mais a bicha pobre*”.¹⁹

Por isso, nosso programa e nossa política, ao mesmo tempo em que têm de responder à perspectiva burguesa, devem contrapor-se às correntes majoritárias do movimento. Isso só é possível a partir da perspectiva do programa de transição e da revolução permanente, ou seja, subordinando dialeticamente as demandas democráticas das LGBTs à luta pelo socialismo como nos ensinou Alexandra Kollontai: “*Os socialistas [...] asseguram que os problemas sexuais só serão resolvidos quando a reorganização básica da estrutura econômica e social da sociedade for enfrentada*.”²⁰

Essa tarefa não é das mais fáceis, até mesmo porque nossa corrente, à exceção das experiências da Convergência Socialista, no final dos anos 1970, herdadas pelo PSTU brasileiro, há muito tem secundarizado ou menosprezado por completo esse debate. Também incorreu em sérios equívocos ao tratar da questão. Contudo, temos parâmetros e história para reverter essa situação. É preciso lembrar, por exemplo, que o movimento LGBT moderno nasceu sob orientações socialistas em função das convicções de Magnus Hirschfeld, fundador do Comitê Científico Humanitário, em 1897, filiado ao Partido Social Democrata Alemão (SPD). Com certeza, nosso principal exemplo, como veremos, foi dado pelos bolcheviques na Revolução Russa de 1917.

Por fim, vale lembrar que a atual conjuntura é favorável para desenvolvermos esse debate e construirmos nosso programa. Ao contrário da suposta onda conservadora que tem paralisado e desviado para o reformismo parte da esquerda, com o acelerar da crise mundial iniciada em 2008, há um crescente questionamento à institucionalidade burguesa e à própria política de empoderamento, como foi destacado pela ativista negra e lésbica Keegan no artigo “Em Baltimore e em todo o país, rostos negros em altos postos não têm ajudado a população negra”, publicado em 2015.

Discutindo especificamente a questão racial, Keegan faz um comentário que, com certeza, também se aplica aos demais setores oprimidos. Ao recordar que em Baltimore os negros e negras estavam nos principais postos de poder – além da prefeita Stephanie Rawlings-Blake, o comissário de polícia, a maioria da Câmara de Vereadores, o presidente da Câmara, o superintendente das escolas públicas e todos os conselheiros da Comissão de Moradia também eram negros –, a autora diz: “*Hoje, nos EUA, temos mais negros eleitos para postos de comando do que em qualquer outro momento da História. Mesmo assim, para a vasta maioria do povo negro, a vida mudou pouquíssimo. Representantes negros eleitos, em sua enorme maioria, têm governado da mesmíssima forma que seus parceiros brancos, refletindo, assim, todo o racismo, corrupção e políticas que favorecem os mais ricos*.”²¹ Vale lembrar que Baltimore é a cidade onde Freddie Gray foi assassinado pela polícia em 2015.

Nos EUA, a explosão do movimento Black Live Matter (Vidas Negras Importam) é uma expressão dessa percepção. Hoje, quando se fala mundo afora em primavera feminista, rebelião negra e levante LGBT, temos de reafirmar que as inegáveis e poderosas lutas por direitos democráticos, que estão sendo travadas por esses setores, são parte de uma luta mais global: a crescente polarização entre os de cima e os de baixo e o ascenso da classe trabalhadora diante do avanço da crise do sistema.

I. Sobre as origens da lgbtfobia e sua relação com o capitalismo

¹⁹ BELL, David; BINNIE, Jon. *The Sexual Citizen: queer politics and beyond*. Nova Iorque: Wiley, 2000, p. 142.

²⁰ KOLLONTAI, Alexandra. “Relações sexuais e a luta de classes: o amor e a nova moral” (1921). Em: <https://pt.scribd.com/document/214441095/Alexandra-Kollontai-Relacoes-Sexuais-e-a-Luta-de-Classes>

²¹ Referência?

1) Como Sherry Wolf destacou em *Sexualidade e Socialismo: história, políticas e teoria da libertação LGBT*, “muitas evidências históricas confirmam que o que definimos, hoje como comportamento homossexual existe há pelo menos milhares de anos, e é lógico assumir que o comportamento homossexual tem existido desde que os seres humanos começaram a andar pela Terra”.²²

2) O ponto de partida para discutirmos as origens da discriminação e da marginalização daqueles que não têm a heterossexualidade como norma é o mesmo que adotamos em relação às mulheres: o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels. O **surgimento da propriedade privada e sua apropriação pelos machos da espécie, no período Neolítico**, deu origem a profundas alterações nas relações sociais e sexuais. As atividades sexuais não reprodutivas passaram a ser vigiadas e controladas no mesmo processo em que as mulheres, em função dos herdeiros, foram acorrentadas à opressão masculina, à monogamia e à família nuclear.

3) Como também lembra Sherry Wolf, “evidências históricas sugerem que o comportamento homossexual foi integrado, com êxito em muitas culturas pré-capitalistas” em distintos níveis e situações. No entanto, isso não quer dizer que “antes do capitalismo, os seres humanos existiam num paraíso sexual livre de repressão ou restrições de qualquer tipo. Pelo contrário, as proibições legais e os tabus sociais existiram desde a Antiguidade até a era pré-capitalista em muitas culturas baseadas em atos sexuais, frequentemente denunciando o sexo que não visa a reprodução”. Contudo, antes do capitalismo, seria um equívoco falar em lgbtfobia, na medida em que se fazia uma distinção entre comportamento sexual e identidade sexual. Ou seja, não havia “a condenação ou mesmo a concepção de identidade sexual como um aspecto intrínseco ou relevante da essência de uma pessoa”. Ou, ainda, “nessas sociedades, eram as atitudes homossexuais que foram toleradas, louvadas ou aceitas, e não uma categoria identificável de pessoas. As condições econômicas e sociais ainda não tinham se desenvolvido de maneira que permitissem que um grande número de pessoas reconhecesse, expressasse ou explorasse o desejo pelo mesmo sexo como uma característica central de suas vidas ou suas identidades”.²³

4) Mesmo considerando o período Medieval, quando o Cristianismo levou centenas de milhares às masmorras, ao degredo ou à morte nas fogueiras da Inquisição, apesar da perseguição particularmente perversa contra os praticantes do “pecado nefando” (cujo nome sequer podia ser pronunciado), as razões para a discriminação não estavam diretamente relacionadas à identidade. Eram crimes contra a natureza – masturbação, coito anal, sodomia ou qualquer atividade sexual não reprodutiva. Como ressalta Sherry Wolf, “até mesmo a Igreja Católica romana, até o século XII, celebrava o amor entre os homens. Quando a igreja pôs fim ao casamento sacerdotal e forçou a castidade [para proteger as propriedades paroquiais], a homossexualidade também foi proibida”²⁴. A repressão se intensificou exatamente nos séculos seguintes quando, com a drástica diminuição da população em função dos ciclos de peste (principalmente o de 1347 a 1351, que dizimou um terço da população europeia), das guerras e da fome crescente. Assim, o casamento e a reprodução se transformaram em preocupações do Estado.

5) Na sociedade em geral, como lembra John D’Emilio em “Capitalismo e identidade gay”, a discriminação tinha a ver com uma lógica semelhante que, posteriormente, foi transferida para as Colônias: “Homens e mulheres precisavam do trabalho das crianças. Gerar filhos era tão necessário para a sobrevivência como produzir grãos. Sexo era restrito à procriação. Os puritanos não celebravam a **heterossexualidade**, mas sim o casamento, eles condenavam **todas as expressões sexuais fora dos laços do casamento e não diferenciavam com nitidez a sodomia da fornicação heterossexual**” (grifos do autor).²⁵

6) Foi somente com o advento do capitalismo, ainda em sua fase mercantilista, no século 16, que começou a surgir uma identidade LGBT, com o desenvolvimento do conceito de individualidade. Por consequência, começaram a

²² WOLF, Sherry. *Sexualidade e Socialismo: história, políticas e teoria da libertação LGBT*. Chicago-Illinois: Haymarket Books, 2009 [tradução nossa].

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ D’EMILIO, John. “Capitalism and gay identity”. Em: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter (Org.). *Culture, society and sexuality*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

surgir políticas destinadas especificamente para este setor. Não por acaso, foi em 1605 que surgiu um dos primeiros livros (*Os hermafroditas*) que abordava diretamente o tema e “*igualava desvio sexual a deslealdade social, política e cultural*”²⁶.

7) Contudo, só a partir do pleno desenvolvimento do capitalismo e da ampliação da mão de obra, após a segunda Revolução Industrial, podemos falar em identidade homossexual e, conseqüentemente, naquilo que chamamos hoje de lgbtobia. Nas palavras de Sherry Wolf: “*foi necessária a Revolução Industrial, do final do século XIX, para criar oportunidades para que um grande número de pessoas comuns vivesse fora da família nuclear, tornando possível que as modernas identidades gays, lésbicas e bissexuais pudessem nascer. [...] A opressão sistemática às pessoas LGBT, conforme está presente na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas, é, portanto, também um fenômeno bastante recente na história humana.*”²⁷

8) John D’Emilio desenvolve uma posição semelhante em “Capitalismo e identidade gay”. Ele agrega que, naquele momento, a burguesia poderia ter incorporado a libertação sexual: “*Na medida em que o trabalho assalariado se generalizou e a produção se tornou social, tornou-se possível liberar a sexualidade do ‘imperativo’ de procriar... Ao alienar a unidade familiar de sua independência econômica e fomentar a separação da sexualidade e da procriação, o capitalismo criou as condições que permitiram a alguns homens e algumas mulheres organizarem suas vidas pessoais ao redor de sua atração erótica/emocional por pessoas do mesmo sexo.*”²⁸

9) Ou seja, da mesma forma que outras questões democráticas, a burguesia poderia ter desenvolvido uma política de liberação sexual. Contudo, apesar das condições objetivas apontarem para essa direção, os padrões morais e os interesses de classe da família burguesa foram os principais obstáculos: “*A família burguesa e seus códigos morais de controle sexual e trabalho árduo mantiveram as classes ‘superiores’ sob regras estritas de conduta [...]. Eles acreditavam que a pureza sexual entre as mulheres era essencial para que elas desempenhassem seus papéis domésticos como professoras e disciplinadoras de suas crianças, e controle sexual entre os homens permitia que eles fossem bem-sucedidos nos negócios.*”²⁹

10) Desenvolvendo essa mesma questão, D’Emilio e Estelle Friedman chegam à conclusão, no livro *Questões íntimas: a história da sexualidade na América*, de que, no que se refere à lgbtobia, “**no sentido mais profundo, capitalismo é o problema**”, já que, “*por um lado, o capitalismo, de forma contínua, enfraquece a base material da vida familiar, fazendo possível que indivíduos vivam fora do ambiente familiar e, para gays e lésbicas, isso permite o desenvolvimento de suas identidades. Por outro, o capitalismo precisa impulsionar homens e mulheres às famílias, pelo menos pelo tempo suficiente para reproduzir a próxima geração de trabalhadores. A elevação da família a uma ideologia predominante garante que a sociedade capitalista irá reproduzir não somente crianças, mas também heterossexismo e homofobia*”.³⁰

11) Não por acaso, os termos “homossexual” e “heterossexual” surgiram no final dos anos 1800, cunhados por médicos do período. Vários países também passaram a adotar uma legislação antilgbt. Um exemplo disso é o Parágrafo 175, do Código Penal alemão de 1871, demonstrando que “*o Estado capitalista em ascensão e seus defensores nos campos da Medicina, do Direito e da academia intervieram para definir e controlar a sexualidade humana de maneiras até então inimagináveis. Esses profissionais do século XIX – quase todos homens brancos – refletiam os interesses e os preconceitos da classe média em ascensão*”.³¹

²⁶ Referência?

²⁷ WOLF, Sherry. *Sexualidade e Socialismo: história, políticas e teoria da libertação LGBT*. Chicago-Illinois: Haymarket Books, 2009 [tradução nossa].

²⁸ D’EMILIO, John. “Capitalism and gay identity”. Em: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter (Org.). *Culture, society and sexuality*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

²⁹ Idem.

³⁰ D’EMILIO, John, FRIEDMAN, Estelle. *Questões íntimas: a história da sexualidade na América*. Chicago-Londres: Universidade de Chicago, 1988.

³¹ Referência?

II. Os revolucionários e o combate à lgbtfobia

12) Ainda no século 19 e no período da II Internacional, os socialistas de diversas matizes (como o já citado Magnus Hirschfeld) se colocaram à frente do combate à lgbtfobia apesar, diga-se de passagem, do próprio Marx estar longe de ser a vanguarda desse processo ou mesmo de ser um exemplo a ser seguido. O primeiro político em qualquer parte do mundo a falar publicamente num parlamento em favor dos direitos de LGBTs foi August Bebel, dirigente do SPD, em janeiro de 1898. Kautsky e outros dirigentes do SPD atuaram diretamente na campanha em repúdio à lei antissodomia da Alemanha, o Parágrafo 175, encorajando milhares de membros do partido a assinarem uma petição com esse objetivo. Durante a campanha em defesa de Oscar Wilde³², Eduard Berstein escreveu num jornal que os ataques da burguesia aos atos homossexuais eram “não naturais” e “reacionários”, destacando a necessidade de vincular a luta política e econômica aos temas relativos à sexualidade, “baseando-se numa abordagem científica e alicerçada no conhecimento ao invés de critérios arbitrários baseados mais ou menos em conceitos morais”.

13) As linhas gerais das políticas e do programa dos socialistas revolucionários para as questões sexuais foram resumidas por Sherry Wolf: “Enquanto a sociedade capitalista tenta encaixar as pessoas em certos papéis de gênero e comportamentos sexuais, os socialistas rejeitam essas limitações. Em vez disso, os socialistas lutam por um mundo no qual a sexualidade é um assunto puramente pessoal, sem restrições legais ou materiais de qualquer tipo. O direito à autodeterminação para os indivíduos que os socialistas defendem deve incluir a liberdade dos indivíduos de escolherem seu próprio comportamento sexual, sua aparência e suas preferências eróticas.”³³

14) O melhor exemplo da concretização dessa perspectiva foi dado pelos bolcheviques, como atesta um panfleto escrito em 1923 pelo médico Grigori Batkis, autor de *A revolução sexual na Rússia* e diretor do Instituto Moscovita de Higiene Social. Os revolucionários russos afirmavam: “a atual legislação sexual da União Soviética é obra da Revolução de Outubro. Essa Revolução é importante não somente como fenômeno político que garante o governo político da classe operária, mas também porque as revoluções que emanam dessa classe chegam a todos os setores da vida [...]. **Declara a absoluta não interferência do Estado e da Sociedade nos assuntos sexuais, sempre que não lesem a pessoa alguma e não prejudiquem os interesses de ninguém [...]. A respeito da homossexualidade, sodomia e outras várias formas de gratificação sexual, que na legislação europeia são qualificadas de ofensas à moral pública, a legislação soviética as considera exatamente igual a qualquer outra forma da chamada relação ‘natural’** [aspas do autor]. Qualquer forma de relacionamento sexual é um assunto privado. Somente quando se emprega a força ou coação, e geralmente quando se ferem ou se lesam os direitos de outras pessoas, existe motivo de perseguição criminal.”³⁴

15) Coerentes com essa posição, os bolcheviques, a partir de 1917, adotaram uma série de medidas: “todas as leis contra a homossexualidade foram derrubadas; o sexo consensual foi declarado uma questão privada, e os gays não somente se viram livres para viver da forma que escolhessem, sem a intervenção do Estado, como também as cortes soviéticas aprovaram o casamento entre homossexuais; foram reportadas operações para mudança de sexo nos anos 1920.”³⁵ No Exército Vermelho, mulheres que usavam roupas ou adotavam posturas masculinas receberam postos de autoridade, além de poderem adotar, legalmente, nomes masculinos e viver como homens. O assumidamente gay Grigori Chicherine se tornou porta-voz internacional da revolução ao assumir o cargo de comissário para

³² O escritor, poeta e dramaturgo britânico Oscar Wilde passou por três julgamentos e foi condenado a dois anos de prisão com trabalhos forçados (1895-1897) acusado de “cometer atos imorais com diversos rapazes”.

³³ WOLF, Sherry. *Sexualidade e Socialismo: história, políticas e teoria da libertação LGBT*. Chicago-Illinois: Haymarket Books, 2009, p. 20 [tradução nossa].

³⁴ Idem.

³⁵ Idem, pp. 89-97.

Assuntos Públicos entre 1918 e 1930. Ele também serviu no Exército Vermelho e esteve ao lado de Trotsky nas negociações com a Alemanha em Brest-Litovsk.

Em termos internacionais, os bolcheviques enviaram representantes aos congressos da Liga Mundial pela Reforma Sexual em suas edições de Berlim (1921), Copenhagen (1928) e Londres (1929), a última em que os soviéticos, já sob as garras do stalinismo, colocaram os temas LGBT em pauta.

16) Essas orientações se refletiram na política de outros partidos, como no PC Alemão, que publicou um documento nos anos 1920 defendendo que *“o proletariado com consciência de classe trata o tema da homossexualidade sem nenhum preconceito [...] exige a mesma liberdade, sem restrições, para esta forma de sexo em relação ao intercuro entre diferentes sexos”*.³⁶

III. As traições e a lgbtfobia do stalinismo

17) No campo da sexualidade, o stalinismo também cumpriu um papel extremamente contrarrevolucionário. Em 1934, o Código Penal imposto por Stalin criminalizava os envolvimento sexuais consentidos entre homens adultos com a punição de três a quatro anos de encarceramento. As mulheres não eram mencionadas. A homossexualidade passou a ser caracterizada como **“produto da decadência do setor burguês da sociedade e como resultado da perversão fascista”**, contrária, portanto, à **“decência proletária”**, algo aprofundado nas décadas posteriores, como atesta a edição de 1971 da *Grande Enciclopédia Soviética* que define que a *“homossexualidade é uma perversão sexual consistente em uma atração antinatural entre pessoas do mesmo sexo. Dá-se em pessoas de ambos sexos. Os estatutos penais da URSS, os países socialistas e inclusive alguns estados burgueses punem a homossexualidade...”*.³⁷

18) No interior da ex-URSS, essa política resultou na perseguição e no assassinato de milhares de LGBTs, como Nicolai Klyuev, poeta simbolista abertamente gay, destacado por Trotsky em *Literatura e Revolução*, que foi preso em 1933, por *“contrariar a ideologia soviética”*. Ele foi executado em 1937.

19) A asquerosa política lgbtfóbica desenvolvida pelo stalinismo reverberou por todo o bloco comunista e assumiu contornos lamentáveis, em particular em Cuba, governada por Fidel Castro, que defendeu o **“caráter patológico dos desvios homossexuais”**. Essa defesa resultou na **proibição da filiação no PC**, na **demissão dos cargos públicos**, na **prisão, tortura, envio para campos de trabalho forçado** e no **exílio** de milhares de LGBTs. Esse foi o caso, por exemplo, do poeta e escritor Reinaldo Arenas (1943-1990), autor de *Antes que anoiteça*.

20) Um processo semelhante se deu na Revolução Cultural chinesa nos anos 1960. Vale lembrar que a influência do maoísmo nos movimentos sociais dos anos 1960 também carregou consigo um forte teor lgbtfóbico. Essa corrente pregava que **“a homossexualidade é parte dos problemas presentes numa sociedade decadente”**. O caráter lgbtfóbico da influência maoísta fica evidente no lamentável exemplo dado por um dos principais líderes dos Panteras Negras, Eldridge Cleaver, que incluiu uma ideia no mínimo asquerosa no livro *Soul on ice* (Espírito no gelo), lançado em 1968: **“homossexualidade é uma doença tanto quanto o estupro de bebês ou querer se tornar um chefe na General Motors.”**

21) Como destacado no início das teses, as traições do stalinismo, em particular durante o Maio de 1968, também foram determinantes para o surgimento e o desenvolvimento das teorias pós-modernas que hoje têm enorme impacto sobre os movimentos e os ativistas LGBTs.

³⁶ Referência?

³⁷ Referência?

IV. Stonewall, rebelião, policlassismo e ecletismo

22) Apesar das traições do stalinismo, a principal luta LGBT do século 20 (Revolta de Stonewall, Nova Iorque, 1969) contou com um setor abertamente socialista, algo que tinha a ver com a própria composição do movimento. Ela se deu em meio a um poderoso ascenso: revoluções em Cuba e na China; levante anticolonial na África; protestos contra a guerra do Vietnã; Maio Francês; etc. Como lembra o autor Victor Russo, o Stonewall era *“um bar para as pessoas que eram muito jovens, muito pobres ou simplesmente ‘too much’ [‘demais’ para os padrões de ‘aceitabilidade’ em qualquer nível] para poderem ir a qualquer outro lugar”*. Por exemplo, duas das principais dirigentes da rebelião foram a negra Marsha P. Johnson e a porto-riquenha Sylvia Rivera, que depois fundaram o “Street Transvestite Action Revolutionaries” (Ação Revolucionária das Travestis de Rua, em livre tradução).

23) A principal expressão da esquerda naquele momento se deu na organização da Gay Liberation Front (Frente de Libertação Gay). A GLF se formou no calor das lutas e reuniu de anarquistas a socialistas. Depois, expandiu-se a países da Europa e influenciou os movimentos na América Latina. Dois trechos de materiais publicados pela GLF são bastante reveladores em relação à sua perspectiva política:

Nós somos um grupo revolucionário de homens e mulheres, formado com a compreensão de que a completa liberdade sexual para todas as pessoas não pode chegar até que as atuais instituições sociais sejam abolidas. Nós rejeitamos a tentativa da sociedade de nos impor papéis sexuais e definições sobre nossa natureza. Nós caímos fora destes papéis demarcados e mitos simplistas. Nós iremos ser quem nós somos. Ao mesmo tempo, nós estamos criando novas formas e relações sociais; isto é, relações de irmandade, cooperação, amor humano e sexualidade desinibida. Babylon (o Capital) nos forçou a nos comprometermos com uma coisa... a revolução.³⁸

Em função da crescente repressão que nós vemos – de negros, dos povos do Terceiro Mundo, das mulheres, dos trabalhadores – em adição à nossa própria; devido aos valores corruptos, por causa da injustiça, nós não queremos mais ‘fazer a Amerika’... Nossa luta particular é pela autodeterminação sexual, a abolição dos papéis sexuais e estereótipos e o direito humano de usarmos nossos próprios corpos sem a interferência das instituições legais e sociais do Estado. **Muitos de nós entendem que nossa luta não pode ser bem-sucedida sem uma mudança fundamental na sociedade, que ponha as fontes do poder (os meios de produção) nas mãos do povo que, no presente, não tem nada.** Mas, na medida em que nossa luta avança, ficará mais claro, pela mudança das condições objetivas, **que nossa libertação está intrinsecamente ligada à libertação de todos os povos oprimidos.**³⁹

24) Apesar da radicalidade do discurso, sabemos que, nas décadas seguintes, a maioria desses movimentos se aproximou cada vez mais da institucionalidade burguesa, abandonando a parte anticapitalista da sua luta. Isso porque eles sempre tiveram um caráter eclético e policlassista do ponto de vista político-programático e organizativo. Essa realidade se aprofundou a partir do início dos anos 1980, dentre outros fatores, pelo advento da AIDS, que, ao mesmo tempo que radicalizou o discurso lgbtfóbico, levou muitas entidades a procurarem parcerias com o setor privado e com agências governamentais como forma de atuação na prevenção da epidemia. **Esse foi um marco para a institucionalização dos movimentos** e para a adoção de posturas ainda mais conciliatórias.

³⁸ *Manifesto Gay Liberation Front, Stonewall, Nova Iorque, 1969.*

³⁹ *Panfleto da seção de Chicago do Gay Liberation Front, setembro de 1970.*

V. Sobre as políticas identitárias e a teoria queer

25) Como lembra Sherry Wolf, o caráter contrarrevolucionário do pós-modernismo é determinado por sua própria estratégia em relação ao poder. Ao contrário dos marxistas, que localizam a disputa pelo poder na luta de classes, *“os pós-modernos localizam o poder ao redor deles”* como foi definido por Michel Foucault: *“O poder está em toda parte; não porque envolve tudo, mas porque ele vem de todos os lugares [...] o poder não é uma instituição nem uma estrutura. [...] O poder não é uma substância, mas uma relação. O poder não é, portanto, **possuído**, mas **exercido**. Isso significa que o poder não deve ser conceitualizado como propriedade de alguém que possa ser identificado e confrontado nem deve ser pensado (pelo menos em primeira instância) como incorporado em agentes ou instituições específicos. O poder não é uma possessão do Monarca, ou do Pai, ou do Estado, e as pessoas não podem ser divididas entre aqueles que o ‘têm’ e aqueles que ‘não o têm’. Em vez disso, o poder é o que caracteriza as relações complexas dentre as partes de uma sociedade – e as interações entre os indivíduos nessa sociedade – como relações de poder contínuas [...] O poder, então, não deve ser entendido de acordo com o modelo de um vetor de mão-única que vai do opressor ao oprimido. Em vez disso, é um meio fluido, abrangente, imanente em todos os tipos de relação social [...].”*⁴⁰

26) Essa concepção de poder, ao mesmo tempo reflete e influencia todas as demais concepções e práticas pós-modernas que são caracterizadas por aquilo que chamamos de *rejeição de qualquer noção de sujeito e de totalidades*. Como lembra Wolf, *“desvinculado de sua base de classe, o poder se tornou uma noção sem raízes, onipresente e vaga. Se o poder está em todo lugar (e em lugar nenhum), a mudança social fundamental é uma ilusão”*.⁴¹ Daí a negação da luta coletiva; a exacerbação das saídas individuais; a fragmentação dos movimentos, inclusive no interior de cada um deles; a dissolução de toda e qualquer categoria, não só a de classe, mas também a de gênero, orientação e identidade sexuais; e a redução do programa à liberdade sexual, partindo do princípio de que a LGBT é a-histórica e presente em qualquer sistema político-econômico.

27) O discurso e as ideologias pós-modernas foram alimentados e amplificados pelo neoliberalismo, até mesmo porque refratam as principais características da nova formação político-econômica do capitalismo, como a mercantilização das relações sociais, a privatização, a fragmentação social produtiva e econômica.

28) Essencialmente, como também lembra Wolf, apesar de um discurso que muitas vezes pode parecer radical, as teorias pós-modernas são, na verdade, *“uma negação não apenas de uma política classista, mas também de uma análise materialista de como o mundo funciona e de como mudá-lo”*.⁴² Em vez da classe trabalhadora, os defensores das políticas pós-modernas defendem que mulheres, negros, LGBTs etc. são os únicos capazes de definir como combater sua própria opressão. Como lembra a professora lésbica Dana Cloud, *“nas políticas identitárias, não há tentativa de explicar as origens e as estratégias contra o racismo e o sexismo, já que esses fenômenos são teorizados como eventos psicológicos e experimentais e não como sistemas ideológicos com base na realidade material”*.⁴³

29) Há uma completa ruptura entre exploração e opressão. O reducionismo do programa reflete um completo pessimismo e ceticismo em relação à realidade, em particular com os trabalhadores como sujeitos sociais, como destaca Jeffrey Escoffier, um dos defensores da pós-modernidade: *“Nós estamos agora num período de declínio e desânimo. [...] A história recente da classe trabalhadora norte-americana mostra nitidamente que falta a ela a capacidade organizativa e política para lutar de maneira eficaz pela transformação fundamental da sociedade.”*⁴⁴

30) Em termos históricos, as teorias pós-modernas têm dois distintos momentos ou vertentes no que se refere ao debate LGBT. A primeira delas, surgida ainda nos anos 1970-80, é conhecida como a das “políticas identitárias” e,

⁴⁰ WOLF, Sherry. Sexualidade e Socialismo: história, políticas e teoria da libertação LGBT. Chicago-Illinois: Haymarket Books, 2009 [tradução nossa].

⁴¹ Idem.

⁴² Idem, 168.

⁴³ Referência?

⁴⁴ Referência?

partindo da caracterização de que a classe operária já não é mais um sujeito para as mudanças, baseia-se na busca de novos agentes/atores sociais. Como sintetizou Wolf, dois dos principais pós-modernos do período, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, propuseram que “novos movimentos sociais” poderiam substituir a classe trabalhadora “em desaparecimento”. Cada grupo oprimido, de acordo com essa noção, poderia formar seu próprio movimento, em separado ou ‘autônomo’”.

31) Como lembra John D’Emilio, essa postura resultou em políticas e programas contra “os movimentos baseados na identidade” e “provavelmente atuam como uma barreira para a solução de injustiças baseadas em classes, porque colocam num pedestal a lealdade grupal para além das fronteiras de classe.[...] Em todos os casos, os principais beneficiários têm sido membros da classe média, aqueles com acesso à educação, ao treinamento e privilégios que lhes permitiram aproveitar ao máximo a igualdade de direitos e a igualdade de oportunidades”. Algo inevitável, já que, “como em qualquer aliança policlassista, aqueles com a maior convicção, tempo e conexões – geralmente aqueles que são das classes média ou alta – dirigem a pauta e a perspectiva de novos movimentos sociais para atender às suas próprias aspirações e não às da classe trabalhadora e dos pobres”.⁴⁵

32) Mais do que negar o papel da classe operária, os pós-modernos tendem a ter uma postura abertamente anticlasse trabalhadora, argumentando que integrar os trabalhadores a suas lutas específicas poderia significar uma pressão para que as LGBTs se adaptassem aos padrões ou fossem encurraladas pela heteronormatividade que seriam características da classe operária.

33) Como apontado numa nota inicial, a ideia de queer já é uma não identidade ou uma identidade que é única para cada indivíduo, o que faz com que qualquer resposta à opressão tenha de se dar em nível individual, como também qualquer um pode ser visto como inimigo e opressor, já que uma das bases da teoria é que “a resistência à opressão se dá através da recusa de se identificar com o outro”.⁴⁶ Em última instância, para além do problema central de classe, enquanto as políticas identitárias fortaleceram as divisões entre os grupos oprimidos, a teoria queer deu um passo ainda mais longo para trás, na medida em que nega a existência de pontos comuns de identidade, de programa e de atuação para os membros de um mesmo grupo.

34) Tratando questões de gênero, identidade e orientação sexual como ficções culturais, nas palavras de Judith Butler, os pós-modernos centram sua atuação naquilo que chamam de performance, mudanças estéticas ou na linguagem e em outras formas que, no fim das contas, levam não só ao imobilismo como à defesa dos ideais e dos interesses neoliberais. Como destacou o antropólogo Max Kirsch em *Queer Theory and Social Change*: “O destaque da teoria Queer sobre a impossibilidade da identidade e a relatividade da experiência seguem de perto o desenvolvimento das atuais relações de produção capitalistas, nas quais o indivíduo isolado é central para o objetivo econômico de criar lucros através da produção e seu subproduto, o consumo [...]. Os princípios da teoria Queer se aproximam das características das relações sociais que afirma rejeitar. Em vez de construir a resistência à produção capitalista de desigualdade, ela, paradoxalmente, a refletiu.”⁴⁷

35) Por fim, apesar de estar no centro das elaborações pós-modernas, até mesmo para que possamos disputar o movimento, teremos de nos deter sobre o poder da identidade em nossas elaborações, abordando-o do ponto de vista do materialismo histórico. Teremos de estudar a forma como o indivíduo, inclusive LGBT, se vê, se apresenta e se representa em termos sociais, culturais etc. no mundo. Como ele refrata a formação econômico-social, as relações sociais e materiais em que vive, no sentido de apresentar deformações, distorções etc. Ou, nas palavras de D’Emilio, “as comunidades e as identidades LGBTs foram moldadas pelo capitalismo durante as diferentes fases do sistema, refletindo os efeitos que estas transformações, principalmente nos modos de trabalho e produção, tiveram sobre os aspectos mais distintos da sociedade: da arte à cultura; dos meios de comunicação à Educação; das relações

⁴⁵ D’EMILIO, John. “Capitalism and gay identity”. Em: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter (Org.). Culture, society and sexuality. Nova Iorque: Routledge, 1999.

⁴⁶ Referência?

⁴⁷ KIRSCH, Max. *Queer Theory and Social Change*. Nova Iorque: Routledge, 2000, pp. 17-18.

sociais às formas de organização familiar”. Essa caracterização é importante para que atualizemos nosso programa, compreendendo as especificidades da comunidade LGBT atualmente, principalmente aquela que é o alvo de nossa atuação: a classe operária e a juventude das periferias.

VI. Sobre o programa

Tomando como ponto de partida uma contribuição de Cannon em relação à aplicação do programa de transição para a questão racial, o programa que temos de formular deve nos permitir *“construir pontes entre as reivindicações históricas”* dos LGBTs *“e o conjunto da classe”* contra a exploração e as demais formas de opressão. Deve ser um programa que, *“reconhecendo o potencial revolucionário”* dos oprimidos, proponha *“uma aliança combativa [...] com o movimento operário, numa luta permanente”*, pois *“não se deterá com reformas, não será satisfeito com concessões”*. Enfim, um programa que nos permita ganhar a consciência dos LGBTs para a conclusão de que, somente juntos com *“o movimento operário combativo, unificados e coordenados por um partido revolucionário, resolverão a questão [...] da única maneira que pode ser resolvida: mediante uma revolução social”*.⁴⁸

Para tal, como propôs Trotsky nas discussões com Cannon e C. L. R. James, da mesma forma que em relação a negros, é preciso adaptar *“nosso programa de transição aos problemas”* relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, algo que, nas palavras do dirigente russo, só poderá ser concretizado com *“um programa muito cuidadosamente elaborado, com reivindicações genuínas [concretas] em relação aos direitos civis, aos direitos políticos, aos interesses culturais, aos interesses econômicos e assim por diante”*, todos eles vinculados à luta de classes e à luta pelo socialismo.⁴⁹

Assim, as bases iniciais do nosso programa devem incluir, no mínimo, os pontos abaixo.

- a) Contra toda forma de violência e assédio (físico, moral, psicológico); criminalização da lgbtfobia: campanhas que combatam o preconceito e a discriminação; amplo atendimento às vítimas de violência com atendimento à saúde física e psicológica, construção de casas abrigo, investigação e punição aos agressores.
- b) Abaixo a repressão policial!
- c) Direito ao nome social sem burocracia para as pessoas transgêneras.
- d) Despatologização da transexualidade.
- e) Fim da proibição aos LGBTs, principalmente homens gays, trans e travestis, de doarem sangue.
- f) Cotas para pessoas transexuais nas universidades e nos concursos públicos: abaixo à exclusão e o desemprego!
- g) Acesso público, gratuito e sem discriminação à saúde das LGBTs, respeitando e atendendo às especificidades e necessidades ligadas ao sexo, à identidade de gênero e à orientação sexual.
- h) Educação pública que garanta o livre e seguro desenvolvimento e exercício da sexualidade. Não a leis ou medidas que tendem barrar as discussões sobre sexualidade, gênero e raça nas salas de aula!
- i) Fim da mercantilização dos espaços de luta das LGBTs, como as Paradas do Orgulho LGBT, que são patrocinadas pelos governos e pelo mercado pink, restringindo a participação do movimento e esvaziando-as de conteúdo político.
- j) Estado laico de fato
- k) Acesso amplo à saúde para as pessoas transexuais, incluindo o direito à cirurgia de redesignação sexual e tratamentos hormonais pela saúde pública.
- l) Respeito à identidade de gênero na saúde, nas instituições de ensino, nos presídios e em todos os espaços sociais.

⁴⁸ Referência?

⁴⁹ Referência?

- m) Abaixo à lgbtfobia na mídia: pelo fim da divulgação de estereótipos e da desmoralização das LGBTs! Contra a divulgação de ideologias que alimentam o preconceito!

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEBEL, August. *A mulher e o Socialismo*. Em: <https://www.marxists.org/archive/bebel/1879/woman-socialism/index.htm>

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLINICOS, Alex. *Capitalismo e Racismo*. Luta Global. Em: <https://yadi.sk/i/2WRITuuu3CQZgE>

CANNON, James P. “A Revolução Russa e o movimento negro norte-americano”. Em: *International Socialist Review*, 8 de maio de 1959. Também disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cannon/1959/05/08.htm>

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. *Mujeres trabajadoras y marxismo – Un debate sobre la opresión*. Supervisão de Nahuel Moreno [1979]. Buenos Aires: Ediciones Marxismo Vivo; São Paulo: Editora Lorca, 2009.

COELHO, Salomé. *Por um feminismo queer: Beatriz Preciado e a pornografia como pré-textos*. Faculdade de Letras de Coimbra, *ex aequo* nº 20, 2009, pp. 29-40.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

D’EMILIO, John. *El capitalismo y la identidad gay*. Em: http://archive.4edu.info/LGBT/CSL_11.1_capitalismo.htm

EISENSTEIN, Zillah. *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. México: Siglo Veintiuno, 1980.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch*. Londres, 21-22 de setembro de 1890.

FEDERICI, Sílvia. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madri: Traficantes de Sueños, 2013.

GERMAN, Lindsey. *Teorías do Patriarcado*. Em: <https://www.marxists.org/history/etol/writers/qerman/1981/xx/patriarchy.htm> (nossa tradução)

GOLDMAN, Wendy. *La Mujer, el Estado y la Revolución*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2010.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791). Em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/>

HARTMANN, Heidi. *Um casamento mal sucedido: rumo a uma união mais progressiva entre marxismo e feminismo*. Em: https://web.ics.purdue.edu/~hogar/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf [tradução nossa].

LABRIOLA, Antonio. *Discorrendo di socialismo e di filosofia*. Em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000829.pdf> [tradução nossa].

LEFEBVRE, Henri. *Problemas actuales del marxismo*. Buenos Aires: Ediciones Magelpok, 1965

LENIN, V. I. “O Dia Internacional da Mulher” (1920). Publicado no jornal *Pravda* nº 62, de 7 de março de 1920. Em: *A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2012, pp. 127-128.

LENIN, V. I. “O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação”. Em: *Obras Completas*, tomo XXVII.

LENIN, V. I. *La Revolución Socialista y el Derecho de las Naciones a la Autodeterminación* (Tesis). 1916.

LENIN, V. I. *Balanço da discussão sobre a autodeterminação*.

LENIN, V. I. *Problemas de política nacional e o internacionalismo proletário*.

LENIN, V. I. “O direito ao divórcio” (1916). Em: *A mulher e a luta pelo socialismo – Clássicos do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2012, pp. 103-104.

MACHADO, Gustavo. *Marx e a História*. São Paulo: Editora Sundermann, 2018.

MARX, Karl; FRIEDRICH. Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo,

MARX, Karl; FRIEDRICH. Engels. *Do socialismo utópico ao científico* (

MARX, Karl. “Carta de Marx a Kulgemann 28/03/1870 : O problema da resolução do Conselho Geral sobre a anistia irlandesa”

MARX, Karl. *Carta de Marx a Engels – 10/12/1869*

MARX, Karl. *Carta de Marx a Sigfrido Meyer e August Vogt – 08/04/1870*

MARX, Karl. *Carta de Marx a Kulgemann – 29/11/1869*

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política* – (Editorial Estampa, Lisboa, 1973)

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia* (Expressão Popular – São Paulo – 2009)

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Boitempo – São Paulo, 2011)

MARX, Karl. *O Capital* – [volume I – pp 156, 157 159,II –p 119 e III – pp 251 256] (Boitempo, 2013)

MARX, Karl. *Grundrisse* – (Boitempo – São Paulo, 2011)

MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres* (1869); (Almedina Brasil, São Paulo, 2006)

MORENO, Nahuel. *Teses Para a Atualização do Programa de Transição* (CS Editora, São Paulo, 1992)

MORENO, Nahuel. *Conversando com Moreno*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

MORENO, Nahuel. *O Partido e a Revolução* [Morenazo] (Sundermann, São Paulo, 2008)

MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. Em: http://mujeresdelsur.org/sitio/images/descargas/chantal_mouffe%5B1%5D.pdf%20ciudadania%20y%20feminismo.pdf

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

NOVACK, George . *Democracia y Revolución*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

- PEÑA, Milcíades. *O que é o marxismo?* São Paulo: Editora Sundermann, 2014.
- PRECIADO, Beatriz. "Entrevista a Jesus Carrillo". Em: *Cadernos Pagu*. Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, nº 28, 2007, pp 375-405.
- REIS, José Carlos. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento*. São Paulo: Editora FGV, 2012.
- RUBIN, Isaak. *Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAU, Victoria. *Dicionário Ideológico Feminista*. Barcelona: Icaria Editorial, 1981.
- SHAWKI, Ahmed. *Libertação Negra e Socialismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.
- SILVA, Wilson H. *O Mito da Democracia Racial*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.
- SILVA, Wilson H. *LGBTS: quem são e como denominá-los*. Em: Apostila Seminário Opressões PSTU, 2018.
- SMITH, Sharon. *As mulheres e o socialismo. Ensaio sobre a libertação das mulheres* (2005). Em: <https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2015/05/24/marxismo-feminismo-e-a-libertacao-da-mulher-por-sharon-smith/>
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.
- TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe [Álícia Sagra ORG] (Sundermann, 2017)*
- TROTSKY, Leon. *Autodeterminação para os negros americanos*.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Editora Sundermann, tomo II, cap. XXXIV, 2017, p. 743.
- TROTSKY, Leon. *A independência da Ucrânia e a confusão sectária* (1939).
- TROTSKY, Leon. *O problema nacional e as tarefas do partido proletário*.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
- TROTSKY, Leon. *Stalin, o grande organizador de derrotas*. São Paulo, Editora Sundermann,
- WATERS, Mary Alice. *A revolução socialista e a luta pela libertação das mulheres* (1979)
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WOLF, Sherry. *Sexuality and Socialism*. Chicago-Illinois: Haymarket Books, 2009 [tradução nossa].
- WOOD, Ellen M. *Democracia contra o capitalismo, a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2013
- ZETKIN, Clara. "A emancipação feminina na revolução alemã de 1848-49". Em: *A questão feminina e o reformismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- ZETKIN, Clara. *A contribuição da mulher proletária é indispensável para a vitória do socialismo*. Discurso no congresso de Gota do SPD.
- ZETKIN, Clara. *Recuerdos sobre Lenin*. México: Grijalbo, 1975

Documentos e revistas

Sobre a questão das Mulheres (Brasil, 2008) <https://www.pstu.org.br/2008-documento-nacional-de-mulheres/>

Machismo e Moral: O partido em questão (Brasil e LIT, 2010) <https://www.pstu.org.br/2010-machismo-e-moral-o-partido-em-questao/>

Marxismo Vivo – Nova Época. Artigos sobre mulheres. nº 2 (2011); nº 6 (2015); nº 7 (2015); nº 8 (2016).

Apostila Seminário de Opressões do PSTU-B

ONU MULHERES. *Princípios de empoderamento das mulheres: a igualdade é um bom negócio*
http://weprinciples.org/files/attachments/PO_WEPs_2.pdf

Teses da III Internacional sobre mulheres

Teses da III Internacional sobre negros

Teses da III Internacional sobre a questão colonial

Teses da III Internacional – Teses do Oriente